



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 30-09-20

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Presentes os Vereadores Antonio Donato, Ricardo Teixeira e Soninha Francine, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 17ª Audiência Pública virtual de 2020.

Esta audiência tem como objetivo cumprir o disposto no artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios On Line/auditório virtual.

Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 17 de setembro de 2020; foi publicada nos jornais *O Estado de S. Paulo* em 25 de setembro, e na *Folha de S. Paulo* em 28 de setembro.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidados para esta audiência o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Philippe Vedolim Duchateau; o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Sr. João Antonio da Silva Filho, que indicou como representante o Sr. Marcos Thulyo Tavares, dada a impossibilidade de seu comparecimento em razão de compromissos administrativos com a sessão plenária virtual do próprio Tribunal; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

A nossa audiência vai se dar da seguinte maneira: o Secretário Philippe Duchateau faz sua apresentação, em seguida o Marcos Thulyo Tavares, do Tribunal de Contas, faz seus comentários, aí seguimos a ordem dos inscritos, intercalando vereadores e cidadãos que se inscreveram no nosso *site*.

O tempo previsto é de duas horas, pretendemos encerrar no máximo até meio-dia.

Então o Secretário tem a palavra.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Obrigado, Presidente. Quero

cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Vereadores que nos acompanham, Dr. Marcos Thulyo Tavares e demais participantes inscritos e convidados para esta audiência.

Tenho uma apresentação, vou tentar colocar na tela e aí seguimos com ela. Vou partilhar aqui a minha... (Pausa) Todos conseguem enxergar minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, enxergamos bem.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Então vamos lá. Como o Presidente anunciou, nosso objetivo aqui é a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta apresentação está dividida em três partes. A primeira é a evolução das receitas do Município; depois a apresentação sobre a evolução das despesas; a última seção trata de resultados, resultados orçamentários, resultado primário, nominal, evolução da dívida e cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao final da terceira seção, assim como feito na apresentação do primeiro quadrimestre, nós tecemos algumas considerações sobre expectativas de impactos da crise nas receitas, no aumento de despesas e as fontes de financiamento, para demonstrar o que nós vamos ver à frente, o equilíbrio orçamentário da Prefeitura neste ano bem atípico de pandemia e todos os seus reflexos.

O primeiro quadro é o das receitas correntes, receitas de capital e o valor total. Como sempre, nós abrimos, nas receitas correntes, a divisão entre receita recorrente e receita não-recorrente. Desta vez a gente faz aqui uma segunda abertura dentro das receitas não-recorrentes, que é separar o que é Covid, ou seja, as transferências que o Município recebeu decorrentes dos auxílios da União, do Estado de São Paulo, relacionadas ao enfrentamento dos efeitos da pandemia, daquelas que não têm relação com essas transferências; então temos essa abertura aqui.

Então vamos aos números. Primeiro, a receita corrente total: 42,863 bilhões, um crescimento de 9,6%. Muito importante fazer a diferenciação entre o que é recorrente, receitas

dos tributos, transferências ordinárias, do que é não-recorrente. Quando separamos o que é recorrente - vamos ver mais à frente a abertura dos principais componentes dessa receita -, nós percebemos que, sim, a crise teve o seu efeito. Vínhamos crescendo a taxas muito boas, de 11,6% no ano anterior, e esse crescimento no agregado, de janeiro a agosto, caiu para 3,7%.

Quando falamos de receitas não-recorrentes, temos 1,613 bilhão, não relacionadas às transferências Covid; é um crescimento de 36% em relação ao mesmo período do ano anterior. Aqui – nós vamos falar um pouco mais à frente -, nós temos principalmente a alienação da exclusividade de folha de pagamento e fornecedores para o Banco do Brasil, o banco que comprou essa exclusividade por cinco anos ao valor de 930 milhões. E neste ano está ocorrendo o pagamento das outorgas decorrente da concessão da Zona Azul, que contribui sobremaneira para esse crescimento de 36%.

Transferências Covid - nós vamos ver mais à frente também -, aqui estamos falando do auxílio emergencial aprovado pela Lei Complementar 173, que destinou no ano todo, para a Prefeitura, 1,370 bilhão, e das transferências principalmente do SUS e um pouco também do Governo do Estado de São Paulo para o enfrentamento das ações na Saúde.

Os números exatos desses 1,894 são: da Lei Complementar 173 nós já recebemos 1,044 bilhão – recebemos até agosto, a última parcela é em setembro; das transferências da Saúde, sejam elas do Estado ou da União, 805 milhões; e 44 milhões também recebidos via transferência do SUAS para o Fundo Municipal de Assistência Social, que dão o valor total de 1,894. Ajudou sobremaneira a financiar os impactos da queda das receitas regulares da Prefeitura. Mantivemos 9,6%, principalmente sustentado por essas transferências extras deste ano.

Nas receitas de capital, 1,894 bilhão, crescimento de 21,4%. Mas aqui, assim como foi demonstrado no primeiro quadrimestre deste ano, é preciso diferenciar o efeito da mudança contábil nos depósitos judiciais. Até os anos anteriores, até 2019, os depósitos judiciais eram contabilizados da seguinte forma: o ingresso de receitas do levantamento de depósitos judiciais

que o Município pode levantar para pagamento de precatórios menos a necessidade de recompor o Fundo de Reserva quando há um saque da conta de depósitos judiciais. Esses depósitos judiciais, até 2019, eram contabilizados pelo efeito líquido. A partir deste ano, por recomendação do Tribunal de Contas, inclusive corretamente, separamos o efeito de receitas e de despesas.

A receita total é a soma dos 13 milhões de efeito líquido mais a despesa de 244. Então são 657 milhões de receitas de levantamento de depósito judicial. Mas tivemos que devolver 244. A comparação com os anos anteriores segue nessa linha: 13 milhões contra um valor de 560 milhões. Por isso que a Prefeitura tem que tomar muito cuidado com o uso de depósitos judiciais, e ter mecanismos para absorver essa contingência. De um ano para o outro pode haver valores a menor ou valores a maior. Esse efeito líquido aqui poderia ser negativo, inclusive, decorrente das movimentações dos depósitos judiciais. É uma dinâmica que tem muito mais a ver com o andamento dos processos no Judiciário, com qualquer tipo de ação que a Prefeitura possa ter.

Quando a gente soma receitas excluindo os efeitos da Covid e a recomposição de depósitos judiciais, nós temos um crescimento num total de 3,8. Como contabilizamos esses efeitos, como os números aparecem nesses balanços 44,847 num crescimento de 10.

Vamos a mais detalhes sobre essas receitas correntes e de capital. Aqui é a abertura das receitas correntes: impostos, taxas e contribuições de melhorias 23,738, crescimento de 3,3%. Esse crescimento pode ser diferenciado do número principal 22,626, então 3,6 e multas e juros, dívida ativa, parcelamentos e deduções, 1,112 bilhão.

Por que estão caindo, Secretário, 2,2% as receitas de multas, juros, dívida ativa, parcelamentos e deduções? No ano passado, a Prefeitura arrecadou, com o auxílio da Câmara Municipal, 380 milhões, decorrentes da CPI da Sonegação, por meio de denúncia espontânea. A denúncia espontânea vem carregada de multas e juros que elevaram esse valor a 1,137 bilhão no ano anterior. Essa queda de 2% é um pouco decorrente desse efeito na base da comparação com 2019.

Também por conta da crise, as parcelas de pagamento dos parcelamentos, especialmente PPI e PAT, tiveram uma ligeira redução, por conta de ser uma despesa fixa não comportada pelas receitas ordinárias das empresas, que foram afetadas por conta dessa pandemia.

Por isso, sabiamente, a Câmara Municipal aprovou o dispositivo que prevê a suspensão dos cumprimentos dos parcelamentos, por parcelas inadimplidas durante o período de calamidade. Esses dois efeitos fazem com que tenha essa queda na dívida ativa.

No principal dos impostos e das contribuições a gente vai passar pelos principais tributos para mostrar como é que chegamos a esse número. Quais são os impostos que mais sentiram, aqueles que menos sentiram, o efeito disso mês a mês, a gente vai passar mais à frente.

Receitas de contribuições 3,208, aqui são principalmente as contribuições previdenciárias. Vamos lembrar que a reforma da Previdência teve seus efeitos, em 2019, a partir de abril. Essa comparação do ano cheio de contribuições patronais a 28%, quando comparado, com 2019, ele pega 2019 só a partir de abril. Por isso esse crescimento expressivo de 7,2.

Nas receitas patrimoniais, aqui a gente tem aquelas receitas não recorrentes, que eu mencionei, da Zona Azul e da alienação da exclusividade da folha de pagamento de fornecedores, de 930 milhões aqui, 300 milhões da Zona Azul, nós chegamos a esse crescimento expressivo de 687 para 1,845 bilhão.

Receita de serviços também está crescendo bastante, mas porque, a partir de 2020, a SPTuris, como empresa não dependente, passou a fazer parte do orçamento fiscal da Prefeitura. Então basicamente nós temos aqui: Serviço Funerário e SPTuris, promovendo essa receita que chega a 270. Claro que há outras também, mas as duas principais são essas.

Receita de transferências, aqui a gente precisou diferenciar, porque o agregado daria um efeito muito alto. Então para explicar as transferências Covid 1,894 contra 10,787, temos até uma queda, em função do ICMS, vamos ver mais à frente, que caiu bastante ao

longo desse período. O IPVA também caiu bastante. Vamos ver isso, junto com os principais impostos mais à frente.

O total 42,863 bilhões, crescimento de 9,6, mas quando excluídos os efeitos Covid, o crescimento é 4,7.

Vamos aos principais impostos. Receitas tributárias e de origem tributária, lembrando que ICMS e IPVA e o FPM fazem parte do rol da contabilidade de receitas e transferências.

Então o nosso IPTU que vinha, caiu para 3,2 em função do aumento da inadimplência nesse período. Vamos ver mais à frente como esse comportamento se mostrou ao longo dos meses. ISS também sofreu os impactos, os três primeiros meses do ano, vamos ver mais à frente, estava ainda mantendo o crescimento observado nos anos anteriores. A partir de abril, maio, ele sofreu uma queda muito abrupta, que retomou julho e agosto, vamos ver mais à frente. O ITBI foi fortemente afetado, ele até retomou ao final de julho e agosto, mas não o suficiente para compensar as quedas de abril e maio.

Essa queda no crescimento de 5,4, no Imposto de Renda, se explica em função do aumento das contribuições previdenciárias. A contribuição previdenciária sobre a folha é dedutível do Imposto de Renda, por isso tivemos esse efeito em 2019, depois a retomada, em 2020, aos patamares regulares de crescimento, que acompanha basicamente a evolução da folha de ativos e inativos e pagamento de precatórios.

Fundo de Participação dos Municípios, como todas as receitas, sofreu o seu impacto de 6,1. O ICMS, veja que temos dois impostos que são atrelados à atividade econômica, o ICMS e o ISS. O ICMS sofreu um pouco mais, ele já vinha a taxas de crescimento menores do que o ISS, na crise ele sofreu um impacto maior. Está voltando também, vamos ver mais à frente, mas num ritmo menor do que a retomada do ISS.

O IPVA também teve o seu efeito, além da diminuição da venda de veículos novos, o Governo do Estado editou uma medida de que o pagamento do IPVA na compra dos veículos novos poderia ser diferido. A gente está percebendo, de janeiro a agosto, o efeito expressivo

nas taxas de crescimento desse tributo.

Antes de mostrar os tributos, há algumas receitas importantes que estão no capital. Então vou passar primeiro pelas receitas de capital, para depois a gente ver a evolução dos principais tributos e outras receitas também.

Operações de crédito 388 milhões, num ritmo mais acelerado, principalmente, em função do financiamento para as obras de “recap”, recapeamento e pavimentação de vias. Alienação de bens, alguns imóveis que foram alienados nesse período. Amortização de empréstimos, normal, 13 milhões; transferência de capital 425, aqui nós estamos falando do FMSAI, basicamente. Os depósitos judiciais, aquela demonstração que nós falamos anteriormente. Outras receitas de capital, exceto do polo judicial, 479, aqui estão as receitas, principalmente, do Fundurb, das outorgas onerosas e dos direitos de construção que caíram bastante, a gente vai ver a evolução dela ao longo do tempo. Mas há uma queda de 11%. No ano passado nós vivemos um crescimento muito forte, de 89%, neste ano, uma queda de 11%, de janeiro a agosto.

Vamos aos principais impostos: veja o ISS como ele estava evoluindo a taxas relativamente melhores em relação ao que era previsto na Lei Orçamentária de 2020. Estava um crescimento de 5, de 9%, de 6% em março, mas aí, a crise que começou em março, a suspensão das atividades diminuiu o faturamento das empresas. O imposto é recolhido no mês seguinte, a gente já começou a sentir os efeitos em abril, queda de 7% com relação ao previsto na Lei Orçamentária, 16% em maio, 18% em junho e, aí, depois julho surpreendeu bastante, acho que não só a Prefeitura, mas todos os agentes econômicos se surpreenderam com a velocidade da retomada da atividade econômica. O ISS refletiu bem isso, com queda de 5% em relação ao que era previsto no orçamento. Em agosto, até chegou a superar a receita que era prevista em um ponto percentual. Claro que o efeito acumulado disso aqui ainda não foi totalmente recomposto. Por isso aquelas taxas de crescimento de 3%, que vimos anteriormente.

A nossa cota-parte de ICMS. O ICMS tem certos solavancos aqui porque o repasse é semanal, às terças-feiras vem o repasse, e dependendo de quantas terças-feiras têm no mês, ele tem essas oscilações mais abruptas.

Enfim, vínhamos até março em uma relativa estabilidade em relação aos valores que estavam previstos no orçamento; a partir de abril, maio, junho, julho, também sentimos bastante a crise e agosto indica que estamos retomando. As barrinhas aqui representam 2020 e mostram essa ligeira retomada do ICMS. Mas como eu disse anteriormente, essa retomada muito aquém dos impactos percebidos nesse segundo trimestre, portanto, o crescimento agregado do ICMS ainda mostra, na verdade, uma queda quando comparada a janeiro e agosto do ano anterior.

IPTU. Nós tivemos em abril e maio o grande efeito do aumento da inadimplência do IPTU. A inadimplência subiu 50%, ou seja, não é que a inadimplência foi para 50%, ela subiu 50% nesses meses. Algo que era por volta de 17, 18% foi a 25% de inadimplência nesse período. E agora, a partir de junho, a taxa de inadimplência diminuiu bastante e vem se mantendo maior do que o ano anterior, na ordem de 30% maior, mas não tão grande quanto foram os reflexos em abril e maio. Esses efeitos estão demonstrados aqui na evolução da arrecadação em relação à expectativa que se tinha para o ano.

ITBI. Como eu disse, ele foi fortemente impactado. Veja, em maio, caiu quase a metade do valor esperado para o ano. Houve uma retomada boa, importante em julho e agosto, mas no agregado essa queda ainda promove uma queda no acumulado de janeiro a agosto.

As outorgas onerosas do direito de construir. Na receita que abastece o Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano, de novo, maio, junho e julho foram fortemente impactados e agosto sinaliza uma possível retomada do crescimento das receitas com a outorga onerosa. Mas no acumulado do ano levou, ainda, a uma queda quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

E, por fim, as multas de trânsito. Faltou deixar claro que aqui estamos falando das multas de trânsito. Elas foram fortemente impactadas em março, abril, maio e ainda estão a 50% do valor previsto para o exercício nos meses de junho, julho e agosto. Aqui, nas multas de trânsito, temos dois efeitos ao mesmo tempo: primeiro, nesses meses iniciais das medidas de isolamento, o fluxo de veículos diminuiu muito, mas também vieram aquelas Resoluções do Conatran que suspenderam a cobrança de multas por tempo indeterminado. É uma grande incógnita, acho que no país inteiro, saber o que pensa o Conatran em relação à quando será retomada a notificação e a cobrança das multas de trânsito. Há aproximadamente quatro milhões e meio de multas de trânsito, esse foi um levantamento feito até agosto, na Capital, que não podem ser cobradas. Desse valor, 7% são multas graves ou gravíssimas, o que traz uma certa preocupação com relação ao comportamento do condutor, mas que estão aguardando essa revisão da medida do Conatran para ser enviada e depois, futuramente, cobrada.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Qual o valor total, Secretário? Desculpa.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Até agosto, o levantamento era de quatro milhões e meio de multas de trânsito represadas.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Correspondente ao período da pandemia?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Não, represadas a partir da Resolução do Conatran, que foi lá em fevereiro, se não me engano; foi em março, perdão.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Despesas. Está aqui, primeiro, a abertura de despesas correntes e despesas de capital. Total 35.988 bilhões, crescimento de 4,3%. Mas aqui, de novo, é importante fazer a ressalva de que, nas despesas, a recomposição dos depósitos judiciais, neste ano, aparece como despesas, está embutida dentro desses 2.788, que não fazia parte dos anos anteriores, 644 milhões.

Nas despesas correntes, 33.199, puxada principalmente pelas despesas de custeio – vamos ver mais à frente - especialmente Saúde, que aumentou bastante nesse período, mas

suavizada pela diminuição dos pagamentos de precatórios e de um controle melhor das despesas de pessoal, como vamos ver mais à frente.

Primeiro, abertura das despesas correntes. Pessoal e encargos, 15.463, crescimento de 2,2%. Mas é melhor abrir esses 2,2 nas suas partes. Então, aqui, anteriormente, juntávamos precatórios e pagamento de ativos; agora resolvemos abrir, porque precatório tem um efeito muito importante aqui com a suspensão dos pagamentos e eu vou explicar mais à frente. Mas as despesas dos ativos, 8.564 contra 8.258 no mesmo período do ano anterior, crescimento de 3,7%, um crescimento menor do que o observado em 2019, até por conta desse ano bastante atípico e até pelas vedações que vieram com a Lei Complementar 173.

Crescimento dos inativos a 7%, 6.472 contra 6.050. Esses 7% é igual, similar ao que já observamos em abril, na evolução do primeiro quadrimestre. O que pudemos perceber é que teve um crescimento alto, acho que até acelerado por conta da iminência da votação de uma reforma previdenciária, seja aqui no Município, seja no País como um todo. E, acho que isso suavizou um pouco o crescimento da folha de inativos, mas volto a dizer, ainda não é um crescimento baixo, é de 7%, um crescimento acima da evolução das receitas como um todo da Prefeitura.

E precatórios, 427. O que aconteceu com os precatórios? Nós conseguimos, por uma decisão judicial, suspender os pagamentos de precatórios a partir de abril. Só que depois, o Conselho Nacional de Justiça, orientou todos os tribunais do País de que a suspensão concedida deveria ser quitada ainda no exercício de 2020. Então, de abril a agosto, 878 milhões de reais foram economizados - vamos dizer assim - com a suspensão dos pagamentos de precatórios. Mas esses 878 milhões de reais têm que voltar nos pagamentos normais de setembro a dezembro. Então nós não vamos fechar o ano com valores menores de precatórios, mas de janeiro a agosto, estamos pegando o efeito total do pagamento de precatórios. Evidentemente, aqui só está o precatório, que é a maior parte, de pessoal e encargos. É claro que tem precatórios também de outras despesas: despesas de desapropriações e despesas

que são contabilizadas em outras contas. Enfim, a evolução das despesas de pessoal está em 2,2 especialmente puxada por essa queda de 48, mas que é uma queda transitória, ao final do ano, vamos recompor todo o valor que foi suspenso de pagamento de precatório.

Juros e encargos da dívida. Nós temos a suspensão promovida também pela Lei Complementar 173 dos pagamentos de abril até dezembro, divididos em juros e encargos e amortizações. Aqui o efeito uma parcela de juros de encargos da suspensão da dívida que veio desde abril. São aproximadamente 250 milhões de juros e encargos, de juros, se não me engano, são 85 milhões por mês e de amortização 170 milhões por mês. Então desde abril nós temos aqui na conta de juros 85 milhões vezes quatro, dando essa queda do pagamento de juros e encargos da dívida.

Vale lembrar para todos que nos assistem que essa suspensão precisa ser reincorporada no saldo para ser quitado a partir de 2022. Então, temos amortização até 2030, então, do período de 2022 a 2030, esse valor da dívida não pago, o que vai dar aproximadamente dois bilhões e 300 e será incorporado ao fluxo de pagamentos a partir de 2022. É muito bom porque 2021 vai ser um ano difícil, então foi sábia a decisão de deixar para recompor o fluxo de pagamento a partir de 2022. E outras despesas correntes 17 bilhões e 400 contra 16.32, um crescimento bem alto de 8,8%. Só a função Saúde tem exatamente um incremento, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, de um milhão e 400. É claro que aqui tivemos diversas despesas que subiram e caíram, mas na função Saúde, de janeiro a agosto, um milhão e 400 a mais, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, o que explica boa parte dessa diferença.

Despesa de capital, investimentos. Volto a dizer, já discutimos isso nos demonstrativos do primeiro quadrimestre, a opção pela Prefeitura foi financiar ao máximo possível a queda de arrecadação, com as suas reservas, com a suspensão da dívida, com a suspensão de precatórios, mas que depois infelizmente teve que reverter, para preservar o nível de gastos, especialmente o nível de investimento, até porque o investimento tem um multiplicador na demanda agregada maior do que a transferência, ou uma renúncia de

impostos. Então preservamos o máximo possível o valor de Investimentos, de janeiro a agosto, um milhão e 400 mil, crescimento de 34% em relação a um bilhão e 85 milhões do mesmo período anterior. Aqui são despesas liquidadas. Estamos com o nível de empenho de 3 bilhões de reais de investimento.

Na amortização da dívida, aquele efeito que eu comentei de 682, provocando aqui 170 por mês desde abril, provocando essa queda dos pagamentos com amortização da dívida e a recomposição de depósitos judiciais que aparece esse ano, mas não aparecia nos anos anteriores, 644 milhões, o que dá um total de 2.788, crescimento de 8,3%, mas é importante lembrar esse mais e menos aqui da suspensão da dívida e da contabilização das despesas, depósitos judiciais, coisa que não havia nos anos anteriores.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário, o senhor vai abrir os investimentos também para a gente saber quais são os valores?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Eu posso falar sobre eles. Eu tenho aqui, eu lembro aqui que essa dívida apareceu no quadrimestre anterior e me preparei melhor aqui para falar sobre eles. Um bilhão, 457, vamos lá: 350 milhões de pavimentação e recape. Temos aqui 144 milhões nas intervenções no sistema de drenagem, nas obras principalmente de piscinões, entre outros. Construção de unidades habitacionais seja o programa Casa da Família, seja outras despesas, temos aqui 110 milhões de reais.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Isso é o liquidado?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Liquidado. Estou usando o mesmo conceito. Urbanização de assentamentos precários, 93 milhões de reais. Os CEUs, estamos entregando as 12 novas unidades, 105 milhões de reais, até agosto. Programa Avança Saúde e outras obras de ampliação e reforma requalificação de equipamentos de saúde, construção de unidades, temos 90 milhões de reais.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Isso inclui o recurso do BID?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Isso inclui o recurso do financiamento, todas as fontes aqui.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, e da fonte 01, desse total, o senhor tem o que é da fonte 01?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Olha, a fonte 01 acompanha, vou voltar um pouco aqui, os desembolsos de financiamentos, 388 de financiamento, tem muito recurso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Tudo isso é recape, né, 350 são de recape?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Isso principalmente recape, exatamente.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas o restante também não é 01?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Tenho abertura aqui, tenho recape e tenho também do Avança Saúde, alguns dos impostos do financiamento.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas o financiamento BID, no Avança Saúde, não é empréstimo?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – É empréstimo, tem a contrapartida no mesmo valor, mas tem operação de crédito, sim, são 100 milhões de dólares de contrato assinado com BID para esse programa, um programa para ser executado ao longo de cinco anos.

O SR. RICARDO NUNES – Desculpe-me atrapalhar, mas só para ter um entendimento, o senhor falou que veio da fonte 01 o recape, mas não é recurso federal do valor do empréstimo, é recurso próprio, não é isso?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Perdão, fonte 01, é a fonte de financiamentos, no asfalto novo, Programa Asfalto Novo, financiamento para o recape, foram 320 milhões que ingressaram de receitas até agosto. No contrato do BID foram 52 milhões essas são as duas principais receitas de financiamento que estão sustentando, subvencionando as despesas de investimentos que a gente estava passando aqui.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, só para concluir a dúvida, então de recurso federal direto a gente não teve investimento, é isso?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Olha, muito pouco, tem alguns desembolsos ainda do PAC para as obras de drenagem, tem um pouquinho para as obras do viário, mas muito pouco, eu vou ver se tem essa abertura aqui, enquanto a gente avança na apresentação, mas eu acho que não tem nem 100 milhões desse um bilhão e 457 milhões. Tenho aqui até agora, até agosto, 43 milhões apenas de recursos da União, como transferência de capital, que são essas transferências que financiam os desembolsos do investimento, principalmente drenagem, desses 43 que estão concentrados em obras de drenagem. Mas é isso, ou seja, esse um bilhão e 457 milhões, grosso modo, são ou financiamentos que o Município contratou, por meio de operações de crédito, aí vale lembrar que a gente retomou a capacidade de financiamento a partir de 2017, com a renegociação da dívida feita na gestão anterior, mas também com a continuidade da redução da trajetória de endividamento, aliás, vou mostrar mais à frente o quanto o endividamento da Cidade baixou nesses últimos cinco anos.

O SR. RICARDO NUNES – Então, Secretário, podemos dizer que de recursos federal de investimentos não chegou a 3%, é isso?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Sem dúvida é isso. Não entrou 50 milhões de reais para financiar investimentos na Prefeitura desses um bilhão e 457 milhões que foram executados. As despesas de capital são essas, aqui a gente sempre costuma mostrar a evolução dos restos a pagar. Viramos o ano com 3 bilhões e 800, pagamos quase 2,7 bilhões, foi cancelado 1,1 bilhão, há ainda um saldo de 31 milhões, especialmente na Educação, se não em engano. Essa é a posição até agosto, acho que até o final do mês esse saldo é zerado por conta da compra de alguns equipamentos de informática, que a Educação comprou, e ainda estão no saldo de Restos a Pagar.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O que são os cancelamentos, Secretário?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Olha, às vezes você faz o empenho do valor de uma obra, acontece muito principalmente com obras; ou às vezes pode acontecer com fornecimento de bens materiais: você faz um empenho para aquela compra ou para

aquela ordem de serviço. Depois, passado o tempo, você vai lá medir o que foi entregue com aquele recurso empenhado. Aí, quando você faz a medição, você percebe que a entrega foi menor do que o comprometimento contém; aí, você cancela o resto. Quando isso acontece durante o exercício, Vereadora, você cancela o empenho para haver orçamento para fazer outras coisas. Quando isso acontece na virada do ano, aquele valor que foi inscrito em Restos a Pagar é cancelado, porque você não tem mais o empenho para cancelar.

Resultados, Dívida e Limites. Primeiro, o resultado orçamentário. O Orçamento original, 68 bilhões, 989 milhões, aberto dessa forma, entre receitas correntes e de capital. A receita realizada foi de 44 bilhões, 851 milhões, 65% do previsto para o ano todo. E na despesa, até agora, suplementamos a despesa em aproximadamente 1,5 bilhão, foi para 70 bilhões, 448 milhões - claro que nem tudo isso está disponível, há um congelamento da ordem de 3,5 bilhões, o que nos leva a um disponível de aproximadamente 67 bilhões -; e a despesa liquidada no período, 35 bilhões e 988 milhões e 51 mil. Isso dá um resultado orçamentário, quando comparado com o conceito de liquidação, de 8 bilhões, 864 milhões. Isso é normal, porque há muitas despesas ainda empenhadas ou até mesmo reservadas numa licitação em curso; por isso é que há essa folga de 8,8 bilhões no resultado do período, que tende a ser diminuída ao longo do ano com a execução das despesas previstas. Lembro também o comportamento sazonal da receita: no começo do ano entra o IPTU à vista - vimos ali o gráfico do IPTU -, entra também o pagamento de IPVA, no final do ano há o pagamento do décimo terceiro. Então, há um comportamento sazonal em que as receitas vêm primeiro e as despesas, depois; e no meio do ano você tem um resultado positivo o período.

Demonstrativos do Resultado Primário e Nominal. Receitas Primárias Total: 42 bilhões, 239 milhões. Correntes, 40 bilhões, 650 milhões; Primárias de Capital, 1 bilhão, 580 milhões. Despesas Primárias Pagas: nos últimos anos mudou o conceito para usar o valor financeiro de despesas. Então, das Despesas Primárias Pagas para o Orçamento do exercício: 32 bilhões, 124 milhões. E o pagamento de Restos a Pagar, 2 bilhões, 788 milhões, somando o Processados e o Não Processados, dá uma despesa total de 34 bilhões, 813 milhões, que deu

um Resultado Primário de 7 bilhões, 426 milhões, que é a mesma coisa com o resultado orçamentário: receitas entram, maiores, no começo do ano; depois as despesas, principalmente pagamento de décimo terceiro ou até mesmo maturação dos investimentos, em que, como eu falei, há 3 bilhões empenhados e 1,5 bilhão medido. Então, leva a esse resultado primário positivo, de 7 bilhões, 426 milhões.

A meta definida do ano, revisada, foi um déficit de 6 bilhões, 726 milhões.

Para chegar ao Resultado Nominal, são acrescidos juros, encargos e variações monetárias dos nossos ativos, que, basicamente, é a receita de aplicação financeira, das disponibilidades de caixa, e são deduzidos os Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos, que são os encargos da Dívida do Município, que deu Resultado Nominal de 6 bilhões, 756 milhões, com uma Meta Fiscal de 9 bilhões, 896 milhões de déficit, previstos na LDO.

Aqui, de novo, comportamento sazonal, mostrando a disparidade do janeiro a agosto, contra as metas definidas para o ano.

Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesas com Pessoal: nosso limite máximo é 60%; nosso limite prudencial é de 57%, e estamos com 35,54% da RCL. Garantias: 22%; total das garantias: 0,19%. Usamos muito pouco as garantias.

Limite Definido para Operações de Crédito: 16%. Operações Externas e Internas. Estamos desembolsando somente 0,65%. O Limite Definido pelo Senado para Antecipação de Receita é de 7%; nós não fazemos isso. A Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses é de 57 bilhões, 483 milhões.

A letra está um pouco pequena, mas espero que vocês consigam enxergar. A Dívida Consolidada até o final de agosto é de 41 bilhões, 928 milhões. Dívida Contratual, 27 bilhões, 620 milhões. Dívida com Precatórios, 14 bilhões, 308 milhões.

“Secretário, saldo de precatórios é de 14 bilhões, 308 milhões?” Não, o saldo de precatórios até o final de agosto é de 18 bilhões, pois temos que crescer esses 4,23 bilhões. O que são esses 4,23 bilhões? Os precatórios que são incluídos até julho de 2019 – que têm,

portanto, no regime normal, até o final do ano de 2020 para serem quitados – não entram na dívida consolidada, assim como os precatórios incluídos até julho de 2020. Sempre uma vez por ano, em meados do ano, entra um estoque de novos precatórios. Então, há 4,23 bilhões que entraram nesses últimos 2 anos, que não estão aqui. O estoque total é de 18 bilhões; mas, para efeito demonstrativo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, há um estoque de precatórios que são incluídos até julho de 2019 e posteriores à LRF. Os anteriores à LRF também não entram na dívida consolidada, mas esses nós já zeramos.

São deduzidos: Disponibilidade de Caixa Bruta, Demais Haveres Financeiros e Restos a Pagar Processados, o que dá um total da dívida consolidada de 22 bilhões, 130 milhões, 38,50%.

Quero mostrar, na sequência, esse gráfico, que é a redução da trajetória de endividamento da Cidade, o que nos permite, doravante – já temos usado um pouco, mas principalmente para os anos à frente -, que a Prefeitura tenha disponibilidade para se financiar e fazer os investimentos que a Cidade precisa. Esse grande salto foi decorrente, na gestão anterior, da revisão da dívida do Município com a União. Todo o contrato foi revisto para encargos de juros de Selic ou IPCA + 4% - o que fosse menor. Então, todo o saldo da dívida teve uma renegociação importante aqui.

Daqui para cá, não: daqui para cá não houve revisão de contrato nenhum, o que houve foi amortização do pagamento da dívida num volume maior do que os novos financiamentos, o que nos leva a essa inédita situação de termos hoje 38% de endividamento quando comparada à dívida consolidada líquida em relação à dívida corrente líquida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário, só um esclarecimento. Chega a 38% porque há uma disponibilidade de caixa muito alta, não é? No fim do ano, esse número vai mudar, pelo que entendi.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Perfeito, perfeito. Há um comportamento sazonal no meio do ano, que vai atenuar; mas eu não acredito que voltemos a números maiores do que 54%. Nossa expectativa é de que fique por volta de 45% a 50% no

máximo. Mas foi muito bem colocado: há um comportamento sazonal no meio do ano que faz com que a disponibilidade de caixa seja maior, o que é natural, e no final do ano ela amortece. Perfeita a sua colocação, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Era só para entender mesmo. Obrigado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Como fizemos no demonstrativo do quadrimestre anterior, eu trago aqui a visão sobre os impactos da crise nas receitas e nas despesas, e as possíveis fontes de financiamento, para ver como a gente equaciona neste ano. E aqui posso tecer também algumas considerações sobre o ano seguinte.

Bom, primeiro eu queria mostrar isso aqui, a expectativa do mercado, capturado pelo boletim *Focus*, do Banco Central, sobre a queda do PIB para o ano de 2020. Então, essa queda do PIB, esperada pelos agentes do mercado, pelos analistas e pelas instituições financeiras, que fazem projeção, chegou a 6,5 na média, na mediana das expectativas. Chegou a 6,5% de quedas aqui no final de junho até o comecinho de julho. De lá para cá, vem voltando isso. Estamos hoje no dia 28. Foi, nesta segunda-feira, a menos 5,04%. Há algumas instituições que já trabalham com queda de 4,5%. O próprio Banco Central já fala em queda de 4,7. Enfim, a expectativa do mercado hoje, que chegou a ter uma queda de 6,5, tem uma queda de hoje projetada de 5. Nesse período de julho e principalmente de agosto e setembro, vimos, no comportamento da receita, aquela retomada num nível de atividade mais condizente com essa revisão das expectativas.

Além disso, queria mostrar isso aqui também. É a comparação entre o IBC-Br, a prévia do PIB, feita pelo Banco Central, com o PIB mais 30, da Fundação Seade, que usa a mesma metodologia do IBC-Br para ter uma expectativa do PIB mensal para o Estado de São Paulo. Não temos isso a nível municipal, mas eu estou trazendo a nível estadual, no Estado de São Paulo, que é o mais próximo da nossa realidade.

Queria mostrar isso aqui. Então, nas barrinhas, o IBC é verde e o PIB do Estado é azul. Olhem como, em abril e maio, a prévia do PIB para o Brasil teve uma queda bem maior do que a queda prevista para o Estado de São Paulo.

Olhem, como isso vem voltando forte, para São Paulo, voltou ainda mais acentuadamente, de forma que a prévia que o Seade calcula para o mês de julho mostra um crescimento de 1,8 em relação a junho do ano anterior. Então, são duas surpresas positivas, seja a retomada da atividade num nível maior do que as expectativas, seja porque São Paulo também está retomando de uma forma mais acentuada. Caiu menos e está se retomando de forma acentuada.

Ainda é cedo para fazer uma conjectura completa das razões disso, mas a gente percebe aqui, pelo próprio ISS, que a crise afetou os segmentos econômicos de uma forma muito diferenciada. Há segmentos, como turismo e hospedagem, que foram fortemente afetados e continuam afetados até o momento, mas há segmentos que voltaram de forma mais rápida. Alguns tiveram um impacto muito suave. Eu ressalto aqui a construção civil. Há segmentos até que melhoraram nesta crise, como é o segmento de TI, licenciamento de *software* ou mesmo desenvolvimento de softwares, de sistemas, que tiveram um crescimento bom. Quanto ao varejo pelo comércio eletrônico, também a gente percebeu que foi fortemente influenciado. Como São Paulo tem uma preponderância maior nesses serviços de tecnologia ou mesmo aqui estão os grandes centros de distribuição das vendas *on-line*, a esse impacto no PIB paulista, eu atribuo a essa diferenciação dos impactos nos diversos setores, nessa diferença que a gente está observando.

Bom, então vamos aos números. Então, aqui eu trouxe as principais receitas e a previsão de impacto. Está aqui tributo a tributo, pelo menos, os principais, transferências importantes, como Fundeb, multa de trânsito, de longe um dos maiores impactados pela pandemia ou pelas consequências da pandemia, outorga onerosa e as receitas de desestatização. A gente estava prevendo a venda da SPTuris, como um todo, e agora reorientamos isso para ser feita a concessão do espaço. Estava previsto um segundo leilão de Cepacs. Isso foi adiado para 2022. Falo também da cessão de direitos creditórios também e da alienação do fluxo financeiro do PPI, que não faria sentido fazer agora. Não haveria nem mercado para isso.

Quanto às transferências do PAC, a gente já está considerando uma queda de 246 milhões em relação à expectativa que tínhamos no início do ano. Aqui há diversas outras receitas que foram impactadas em 6%. Então, no agregado, esse número que já chegou a ser nove bilhões está hoje em 7,1 bilhões de queda de receitas, em relação àquelas previstas no orçamento. Há receitas aqui que entraram, que não estavam previstas. A gente falou das transferências de Covid. Nós vamos mostrar mais à frente, mas, em relação àquelas rubricas que estavam previstas no orçamento, há 7,1 bilhões de queda, de aproximadamente 10% em relação ao previsto.

Além das receitas, há despesas também. Para a Saúde, nossa expectativa para o ano é de 1,63 bilhão de despesas adicionais para os hospitais de campanha e ampliação de leitos, sejam leitos próprios, sejam leitos contratualizados durante a crise, como a extensão do horário de funcionamento das unidades, aquisição de insumos e equipamentos, sejam equipamentos hospitalares, seja equipamento de proteção individual, entre outras despesas. Na Assistência, também há o fornecimento de cestas básicas, refeição preparada, ampliação dos abrigos e atividades de cadastramento de famílias no cadastro único, também com despesas adicionais, de 148 milhões. Quanto ao Serviço Funerário, há toda a contingência preparada para oferecer um enterro digno para as pessoas, se eventualmente fosse necessário, sejam despesas com força de trabalho, gaveta de sepultamento, enfim, diversas outras despesas, com 43 milhões a mais ali no Serviço Funerário.

Quanto à compensação tarifária, a gente tem uma expectativa de 850 a 950. Eu estou trazendo aqui o pior cenário, que pode chegar a 950 milhões em relação àqueles 2,250 previstos no orçamento.

Vale a pena reforçar a despesa adicional agora, para o financiamento e para o setor cultural, em decorrência da Lei Aldir Blanc aprovada no Congresso, com 71 milhões para São Paulo. Então, dá uma despesa total de 2,842 milhões em relação ao previsto. Mais são só essas as despesas relacionadas à Covid? Não, aqui eu estou trazendo as principais despesas que não puderam ser financiadas com economias da própria pasta.

Só vou usar o exemplo da Educação, onde há grandes despesas. O auxílio alimentação foi financiado, grosso modo, com as economias, com a preparação das merendas. Para *tablets* com internet, houve uma despesa de aproximadamente 400 milhões de reais, para auxiliar no contraturno, no reforço e mesmo na transmissão dos conteúdos pedagógicos durante a restrição de funcionamento presencial. Tais coisas estão sendo financiadas com as economias, com o auxílio de preservação do emprego nas organizações sociais, ou seja, a lei complementar, que permite o pagamento de auxílio para contratos suspensos ou com redução de jornada redução de jornada foi sim utilizada aqui na administração da Prefeitura com os convênios, com a Educação, onde há a maior parte. Com a Saúde não foi o caso, porque evidentemente a Saúde está a pleno vapor, mas as entidades conveniadas proporcionam aproximadamente cem milhões de economias na Educação, e isso financia essa despesa adicional com os *tablets* e os serviços da internet. A Secretaria da Educação, por mais que esteja gastando com despesas importantes para esse período de pandemia, não teve um impacto no orçamento como essas outras Pastas terão.

Como financiamos essa queda de receita e esse aumento de despesa? Nós temos a disponibilidade de 2 bilhões, 514 mil do caixa. A Lei 17.335, que permitiu usar *superavit* ou receita do exercício dos Fundos Municipais, soma aproximadamente 1,5 bilhão, e nós vamos usar 159 milhões. Essa diminuição dos impactos observados na receita, cuja projeção era cair nove bilhões e hoje está em sete bilhões, nos faz abrir mão do uso das receitas dos Fundos deste ano, do Fundurb; tanto é que os recursos, que estavam presos lá foram descontingenciados para uso, assim como o FMD, o Fundo Municipal de Desestatização, que estão sendo empregados para despesas do plano cicloviário, para Recap e outras finalidades. Também há os *superavits* do Fundurb, que são aproximadamente 700 milhões, que precisariam ser devolvidos em oito anos. Por isso, nós podemos, com tranquilidade, dizer que esses recursos não precisam ser hoje empregados para financiar o *deficit* do Tesouro, pois nós vamos ficar com 159 milhões.

A Lei Municipal 17.338 e a 17.339 nos permitiram usar recursos do Fundo da

Câmara e do Tribunal de Contas no valor de 47 milhões, já todos transferidos para a Saúde. A Lei Complementar 172 nos deu mais autonomia, mais flexibilidade para usar os recursos transferidos do SUS para outras despesas; era despesa da Saúde, mas para projetos bem específicos. Essa Lei Complementar 172 foi muito importante, porque permitiu redirecionar esses recursos e nos deu 229 milhões a mais para financiar a Saúde.

Sobre a suspensão do pagamento da dívida com a União, nós já falamos. Foram 2 bilhões, 304 mil, de abril a dezembro; é essa a economia prevista. Do auxílio financeiro da União da Lei Complementar 173, aquela que destinou 60 bilhões para Estados e municípios, a nossa parcela é de 1 bilhão, 370 milhões. Transferências para a Saúde, 685 milhões; da União, 124 milhões do Estado; da Assistência Social da União, 38 milhões e, do Estado, 6 milhões do Estado. Da Lei Aldir Blanc, 71 milhões. Ao todo, são 7 bilhões, 547 milhões. A diferença para os 10 bilhões de queda de arrecadação e despesas adicionais será contingenciada principalmente com os recursos de investimento. Nós tínhamos uma expectativa de executar 7,5 bilhões e nós estamos hoje com 4,6 bilhões de orçamento disponível. Podemos suplementar, principalmente via Fundos, via Fundurb, que tem um espaço importante de recursos para o financiamento das obras de infraestrutura urbana na Cidade.

É isso. Estou aberto às dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário, sobre esse quadro, V.Exa. colocou as despesas extras, as pressões, mas existiram economias nas várias Pastas, apesar de isso não estar contabilizado aí.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Como eu falei, as economias que puderam ser aproveitadas no próprio financiamento da Pasta, com outras despesas, nós não trouxemos. O que nós trouxemos foi o impacto daquelas áreas onde a despesa não pôde ser financiada com economias da própria Pasta. Então, a área da Assistência Social e Direitos Humanos vai gastar aproximadamente 150 milhões a mais em relação ao que estava previsto no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu entendi, Secretário. Eu entendi bem,

o problema é que há áreas, Secretarias que estão com a execução muito baixa, porque tiveram economias por várias razões, e isso não está contabilizado. Mas foi só uma observação.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Não está contabilizado aqui neste quadro, mas eu digo para V.Exa., Vereador, que as despesas adicionais relacionadas à covid como um todo, entre economias e despesas, são da ordem desses 2,8 bilhões; eu diria que elas estão nessa ordem de grande.

Eu não vejo as economias significativas em várias Pastas que não foram empregadas em despesas da própria Pasta ou que serão empregadas até o final do ano. É verdade que há algumas Secretarias que estão com um nível de execução baixa, como a Educação. O que houve foi uma economia ao longo de um período, principalmente do segundo, terceiro trimestre, para gastar agora no quarto trimestre. O *tablet* é uma evidência bem explícita disto: são 400 milhões que nós vamos executar no último semestre, financiados com economias que vieram desde o segundo trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O discurso do Secretário é que faltava dinheiro para tudo. S.Exa. errou e agora tem que correr atrás. Não sei se com planejamento, mas, enfim, esse é outro debate, Secretário.

Eu agradeço e passo a palavra para o representante do Tribunal de Contas, Sr. Marcos Thulyo Tavares.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Muito bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Cumprimento o Presidente, os Vereadores, o Secretário da Fazenda e os munícipes que acompanham esta audiência.

Primeiramente eu gostaria de mencionar que, em decorrência do estado de calamidade pública em que o Município de São Paulo se encontra desde março por causa da pandemia, por força do artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal, está dispensado o cumprimento dos resultados, das metas fiscais, bem com a limitação de empenho prevista no artigo 9º da LRF.

Como não se sabe a duração dessa situação atípica e visando também a manter uma postura conservadora pelo Tribunal de Contas, nós estamos realizando os acompanhamentos bimestrais e quadrimestrais normalmente, mesmo que eles não gerem alertas para a Prefeitura, a fim de que o Tribunal esteja atento às consequências fiscais e as possíveis situações futuras que a Prefeitura possa estar sujeita em função também das decisões tomadas durante a pandemia.

Com relação especificamente aos números do segundo quadrimestre, a recuperação econômica segue em ritmo bom, com os seguintes destaques: o volume da arrecadação tributária do bimestre, de julho a agosto, retornando aos patamares pré-pandemia, como o Secretário mostrou, principalmente o mês de agosto. Por exemplo, o ISS, um imposto que se relaciona com a atividade econômica do Município, arrecadou, só em agosto, 1,5 bilhão de reais. Esse é o mês com a maior arrecadação do ISS do ano, com exceção do mês de janeiro.

Outra coisa que é importante destacar é o volume do caixa da Prefeitura, que chegou a 19,9 bilhões no fechamento de agosto, com os dados já fechados, publicados hoje no *Diário Oficial*. Esse é o maior volume no caixa da Prefeitura em pelo menos 15 anos. Se comparado, por exemplo, com o fechamento do ano passado, de dezembro – apesar, logicamente, da questão da sazonalidade mencionada pelo Secretário –, um aumento de 7,1 bilhões de reais durante o ano da pandemia. O caixa, que era de 12,8 bilhões em dezembro do ano passado hoje está em 19,9 bilhões.

Outro destaque que nós podemos mencionar está relacionado a um apontamento que nós fizemos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, que trata da revisão das metas. A Prefeitura, todo ano, tem adotado essa revisão das metas de 2020 no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, e o apontamento é sobre a falta de razoabilidade das metas fiscais. Então, a título de exemplo, a meta de resultado nominal inicialmente, originalmente a meta para 2020 era de 3 bilhões negativos e aí na LDO de 2021, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, essa meta para 2020 de resultado nominal foi revisada para

9,9 bi negativos.

Quando a gente compara o resultado do quadrimestre, resultado nominal, até o mês de agosto do ano, a gente tem 6,7 bi positivos, como o Secretário mencionou na sua apresentação.

Então, essa diferença entre a meta original e o resultado até agora temos 9,7 bilhões de diferença. Se a gente compara com a meta que foi revisada na LDO de 2021 para 9,9 bilhões negativos com resultados de 6,7 positivos é uma diferença de 16,6 bilhões com relação à meta revisada.

O que acontece? Essa situação de metas, digamos, muito fora da realidade do Município já acontecia antes da pandemia, mas a pandemia meio que acentuou um pouco essa questão.

O apontamento é o seguinte: realizar e divulgar a meta fiscal de 2020 de forma sistemática durante todo o exercício, considerando a evolução dos parâmetros macroeconômicos e a realização das receitas e despesas nesse período. Por exemplo, o Secretário mostrou que os agentes econômicos estão revisando o PIB. A expectativa do PIB para o Brasil é para cima desde alguns meses para cá. Já no Estado de São Paulo a situação é ainda melhor. No Município São Paulo é ainda melhor do que o Estado de São Paulo que é melhor do que o do Brasil. Então, o apontamento é justamente este, talvez seja o momento de revisar essas fiscais para o ano de 2020 em que pese estarem dispensados os cumprimentos das metas.

Por fim, o último destaque diz respeito às despesas diretamente relacionadas à pandemia. Elas não estão sendo identificadas em dotações orçamentárias específicas, encontrando-se difusos na execução orçamentária dos demais gastos de competência do Município.

Então, o Portal da Transparência da Prefeitura contempla, em seção específica, apenas os contratos emergenciais firmados para enfrentamento da pandemia, não possibilitando a visualização de outras despesas porventura viabilizadas por contratos vigentes

antes do reconhecimento da calamidade, tampouco das fases de execução - empenho, liquidação e pagamento dos novos contratos.

Nota-se que a previsão da Lei Complementar 173/2020, que suspendeu o pagamento do contrato de financiamento com a União, também implica em transparência de gastos na medida em que os valores não pagos pelo Município para União deverão ser aplicados preferencialmente em ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia.

A ausência desses registros dificulta o acompanhamento das despesas diretamente relacionadas ao combate à covid, incluindo os investimentos realizados com essa finalidade. Em 20 de julho, a STN, Secretaria do Tesouro Nacional, publicou uma portaria que estabeleceu um rol mínimo de fontes de recursos a serem observados por todos os entes da Federação para identificação dos recursos de natureza Federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados para enfrentamento da covid. Conseqüentemente, essas fontes deverão possibilitar o rastreamento das despesas custeadas com recursos advindos dessa natureza visando viabilizar o monitoramento, avaliação, fiscalização e controle.

Ainda no mês de setembro, então ainda este mês, a Prefeitura criou novas fontes de recursos para identificar os recebimentos referentes à covid. A SF informou que os ingressos de agosto serão reclassificados para essas novas fontes de recursos. Se houver interesse, posso detalhar um pouco mais essa questão. Porém, os recursos recebidos de março até julho, no auge da pandemia, não terão suas fontes alteradas.

São essas as considerações preliminares do Tribunal. Com isso agradeço e devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thulyo.

Então, primeiro vou chamar a inscrição número um, a Sra. Flávia Anunciação do Nascimento. Ela está na sala? (Pausa). Então, inscrição dois, Sra. Neurani Rodrigues Gomes. (Pausa). Vamos à inscrição três, Sra. Elvira Guimarães. (Pausa). Caso alguém tenha alguma dificuldade e depois queira se manifestar, a gente garante a palavra. Inscrição quatro, Gilsoma

Pinheiro da Silva. (Pausa). Inscrição cinco, Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Estou aqui. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não, tem a palavra.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Vereadores, munícipes.

Não sou da área da administração, sou Coordenador do Conselho Participativo da Casa Verde/Cachoeirinha e tenho uma pergunta específica ao Secretário. Vi que tem um item de construção de casas populares, mas tem uma decisão de realização das construções das casas populares pela chamada PPP, salvo erro, Casa Família, não lembro exatamente o nome. Tem 12 na cidade de São Paulo, alguns já em andamento e outros para fazer. A minha pergunta é: quanto que a Prefeitura nessa parceria pública-privada já gastou? Quanto custa a Prefeitura essa participação? Qual a diferença entre essa participação e o método tradicional da Prefeitura realizar a construção das casas populares? Se ainda não teve impacto no orçamento, qual a previsão desse impacto?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito bom, Sr. João Moreirão. Muito objetivo e muito claro.

Inscrição seis, Sr. Joaniro Amâncio Pereira. (Pausa). Inscrição sete, Sra. Natalina da Silva Pinho. (Pausa). Inscrição oito, Sra. Ana Caroline da Silva. (Pausa). Inscrição nove, rapper Pirata. Imagino que o Pirata esteja presente.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Sim, estou aqui. Tudo bem? Bom dia aos Vereadores, ao Secretário, também ao pessoal do Tribunal de Contas. Eu gosto do Tribunal de Contas, ajuda bastante.

Desde o início desta gestão é um debate inacreditável de querer falar que a Cidade está em crise e não está em crise. E aí o momento que poderia estar em crise, não está em crise porque as receitas são altas. Não pode esquecer que o mês de agosto é uma receita que cresceu o seu valor de dez anos é substancial, mas eu quero ir direto a alguns lugares aqui.

O problema é que ao invés da Cidade investir em saúde, ela mantém um

investimento em recapeamento. Por quê? Não poderia mudar de estratégia?

Queria saber também quais são os investimentos da área da cultura, porque a Cidade gastou, liquidou 325.352.834 milhões de reais e sendo que não há grandes eventos na Cidade. Por que se gastou tanto? Onde se localiza a entrada que era de 70 milhões, mas está em 71 milhões da Aldir Blanc? Não, não é despesa porque se você tem entrada do governo esse dinheiro entra e você o tem como investimento e você vai pagar, então, não é uma despesa da Cidade. Não pode colocar no campo das despesas, porque você tem a entrada desse dinheiro.

Outra coisa que também é difícil, a expectativa do mercado não é real no orçamento da cidade de São Paulo. O mercado é meio Mãe Dináh e as suas expectativas não refletem na Cidade. Agora, Aldir Blanc tem um problema. A cidade de São Paulo tem atrasos na colocação desse cadastro. A Aldir Blanc colocou um cadastro de oito dias para a Cidade se cadastrar, isso já é outro problema, colocaram com falhas e a função da Aldir Blanc é dar assistência aos trabalhadores da cultura. Por que esse dinheiro não vai ser executado do jeito que tem de ser? Oito dias não vai cadastrar a Cidade. Isso é um problema muito sério. Esses 70 milhões têm de ir aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Quero saber como a Finanças faz essa reflexão, porque gastar 70 milhões de reais em oito dias, é um privilégio. E, aí, algumas pessoas vão receber e eu tenho certeza de que não será a periferia, porque estão fazendo ela virar fomento.

Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Pirata.

Registro a presença da Vereadora Adriana Ramalho, que está desde o início aqui, ela entrou no comecinho da fala do Secretário; e dos Vereadores Rodrigo Goulart e Isac Felix.

Solicito aos Vereadores e às Vereadoras que queiram fazer uso da palavra, para alguma questão, para alguma colocação, por favor.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu quero, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Vereadora Soninha

Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada.

Algumas observações. Secretário, teve um acréscimo, aí, de 3%, um crescimento de 3% em impostos, taxas, contribuições de melhoria. Eu não sei se eu consegui compreender depois, quando as despesas são abertas, mas a que o senhor atribui esse aumento? Tivemos algumas diferenças – ICMS, IPVA -, mas em relação às taxas, contribuições de melhoria, se isso fez parte desse crescimento de uma maneira significativa ou não.

Aí, teve uma parte que eu preciso entender melhor, eu não entendo o suficiente. A contribuição previdenciária é dedutível do imposto de renda. Aí, tivemos uma queda grande da receita de imposto de renda em 2019 e, aí, um aumento em 2020. E eu não entendi ainda porque que, primeiro caiu e depois aumentou. Imagino que já que passa a ser dedutível do imposto de renda, passamos – Município – a ter direito a uma restituição menor. Então, por que o aumento? Eu preciso entende isso melhor. E também por que o pagamento de precatórios afeta a receita de imposto de renda?

Outra coisa, em relação à outorga onerosa. A outorga onerosa caiu muito, compreensivelmente, 11% de janeiro a agosto, mas temos essa expectativa do possível crescimento das receitas com outorga onerosa. E eu não sei... Qual é a melhor maneira de acompanharmos essa variação na outorga onerosa ou exatamente a que se refere a outorga onerosa? A qual operação urbana? Eu digo isso pelo seguinte: estamos discutindo - aliás, amanhã tem uma reunião -, a mudança no valor do Cepac para a Operação Urbana Água Branca. Eu tenho a minha opinião sobre isso. Eu vejo que o valor atual não foi estabelecido em função de critérios supertécnicos. Foi uma decisão política da Câmara Municipal. Mas o que as pessoas alegam – as pessoas que são contra essa mudança no valor do Cepac – é que em 2015, no leilão de 2015, não houve nenhum interesse pelo Cepac em função, por exemplo, de os possíveis interessados terem recém adquirido Cepacs no perímetro da Água Branca. Então, por que eles adquiriram mais? Então, eu quero saber se tem base nisso. Como conseguimos verificar quem adquiriu os Cepacs, por exemplo, para tentarmos entender se essa tese faz

sentido mesmo ou não. Quer dizer, se não adquiriram na Água Branca porque tinham acabado de adquirir ou se não é esse o caso.

Outra coisa, quando fazemos a LOA, se não me engano, não fazemos uma previsão mês a mês do ingresso de ICMS. Fazemos a previsão para o ano. Mas aqui temos um gráfico que detalha qual seria o previsto pela LOA de ingresso de ICMS mês a mês e como ele foi realizado. E eu queria saber como é que a Fazenda faz essa definição, se é com base no ingresso mensal dos anos anteriores – imagino que seja isso -, ou se tem alguma outra maneira.

Outra coisa, que eu acho que eu pergunto sempre. Teve uma queda na receita de ITBI, também, supercompreensível. Existe algum estudo, alguma previsão para a possibilidade de se fazer o pagamento parcelado de ITBI? Porque eu imagino alguém que tenha adquirido um imóvel financiado ou em um consórcio e, enfim, quita o imóvel e, aí, precisa fazer o desembolso considerável correspondente ao ITBI, que incide sobre o valor total do imóvel. Então, se existe algum estudo, alguma possibilidade de abrir para o parcelamento do recolhimento do ITBI. A menos que eu esteja enganada, isso não é possível hoje. Ele tem de ser pago na íntegra.

E, finalmente, o representante do Tribunal de Contas observou que, em nossa conta corrente, temos um valor muito maior, até, do que tínhamos em dezembro do ano passado. Então, eu quero saber se, por enquanto, os recursos do Fundo ainda estão na conta do Tesouro e, por isso, esse valor – acho que 19 bilhões – ou não, se isso já é sem os recursos do Fundo. Eu acho que é com, mas em todo caso.

Outra coisa. Em relação à dificuldade de identificar quais foram despesas de Covid que não são contratos novos, que estão sendo cobertas por contratos já existentes. A nossa Consultoria de Finanças cansa de apontar que as observações de empenho, de onde conseguimos obter algumas informações sobre como o gasto foi efetuado, são muito sem padrão. Então, a mesma despesa ou uma despesa muito semelhante pode ser descrita na observação de empenho de muitas maneiras diferentes. Então, é pedir para, talvez, a

Secretaria da Fazenda elaborar uma portaria, alguma norma técnica, que estabeleça que, à medida em que isso for sendo aplicado, vamos descobrir a dificuldade de encontrar determinadas palavras-chave obrigatórias em despesas que são semelhantes até certo ponto e que têm alguma diferença. Mas se conseguirmos usar um certo número de palavras-chave obrigatórios no campo Observação de Empenho, vamos conseguir fazer essa leitura de um jeito muito melhor. E isso vale não só para Covid, mas para as despesas de um modo geral.

E juro que estou terminando. A atividade da construção civil foi uma das que não foram muito afetadas durante a pandemia. Se o Secretário tem, se temos como saber o quanto disso é de obra pública e o quanto é do setor privado ainda, de uma certa forma, aquecido. Isso para sabermos qual é o nosso horizonte mesmo.

E agora, sim, acho que são as últimas mesmo. Não é exatamente uma pergunta relacionada à LRF, mas eu não posso perder a oportunidade de ter o Secretário aqui. A Secretaria de Habitação tem algumas obras que estão em processo de implantação, alguns empreendimentos, há muitos anos, que contaram com recurso do PAC. Depois mudaram regras, o Minha Casa, Minha Vida. Aí, tinha uma possibilidade de usar um recurso de um empréstimo, e a Secretaria da Habitação contou com isso, mas não vai poder ser utilizado em função do período eleitoral. Quer dizer, não é uma obra nova, mas ainda assim tem essa vedação no contrato. E, finalmente, a Secretaria da Habitação identificou recursos seus mesmo, que poderiam ser remanejados para esse empreendimento. Eu estou falando dos empreendimentos próximos ali ao Córrego Água Podre, na região do Butantã. Tem muita gente, ali, vivendo em auxílio aluguel à espera desse empreendimento. Então, a Sehab identificou agora, em seus próprios recursos, a possibilidade de remanejamento para, finalmente, avançar com esse empreendimento. E, segundo o Gabinete da Secretaria, falta uma autorização da Fazenda para fazer esse remanejamento de recursos dentro da própria Secretaria. Então, solicitar ao Secretário que verifique isso, por favor.

E por último mesmo, se com essa disponibilidade de recursos em nosso caixa, se não podemos levar adiante alguma das propostas de auxílio emergencial no transporte escolar,

como alguns Vereadores propuseram, inclusive, se não me engano, o Presidente desta Comissão. Se o impacto disso... É uma categoria inteira fortemente abalada. Se não conseguiríamos ter recurso disponível para fazer esse auxílio ainda neste ano.

Era isso. Obrigada, Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora Soninha.

Mais algum Vereador para fazer alguma questão? Senão, eu faço as minhas.

(Pausa)

Então, vamos lá. Secretário, a previsão, na LDO, para o orçamento do ano que vem é de 67,6 bilhões, estava na LDO. Uma queda de 2%. O orçamento está sendo entregue hoje, imagino. De quanto será o orçamento para o ano que vem? Mantém essa previsão?

Segunda questão. Essa foi uma projeção feita lá atrás e os dados, enfim, vão se alterando. Na verdade, a queda maior não era em impostos, era em receitas patrimoniais e de capital. Então a expectativa de diminuir o ritmo do programa de desestatização me parece estar expressa no orçamento do ano que vem. Pelo menos na LDO estava essa diretriz, então se o senhor pudesse falar um pouco do orçamento que está sendo entregue hoje na Casa.

A questão da disponibilidade de caixa, o representante do TCM já falou e concordo com várias das observações que fez, mas o TCM fez uma projeção que o senhor provavelmente conhece de superávit. E essa projeção só cresceu, começou com menos 2 bilhões e agora a última projeção, do mês passado, deste mês é um superávit de 6,2 bilhões na fonte 00, no tesouro. Qual é a expectativa da atual Gestão, um caixa de que tamanho vai se encerrar, tanto no 00, quanto no conjunto, contando os fundos e tudo o mais.

E por último, queria ter uma informação, se puder me dar, como o senhor demonstrou aí, a renegociação da dívida, o maior efeito benéfico dela é abrir espaço para operações de crédito. Quanto já foi comprometido de operação de crédito e qual o espaço ainda restante mantendo a expectativa que o senhor falou de chegar por volta de 50% do comprometimento da dívida em relação às receitas do Município. Qual a possibilidade, porque esse é um elemento importante de debate para o próximo quadriênio, para a próxima Gestão,

de onde pode arrumar dinheiro para se financiar e para discutirmos quais são as prioridades da Cidade, se é a Habitação Popular via PPP, como o Sr. João Moreirão falou, perguntou se é investimento próprio, enfim.

E por último, a questão da Vereadora Soninha Francine, o transportador escolar autônomo é o único da cadeia em volta da Educação que está desamparado, porque o Professor recebe, o terceirizado recebe, o transportador escolar do TEG recebe pelo menos metade e o transportador escolar autônomo é o único que não recebe e com um agravante, ele não pode receber o auxílio emergencial federal, porque ele tinha uma renda em 2018, e um dos critérios, quem declarou Imposto de Renda, em 2018, está excluído. Só que, em 2018, ele tinha uma renda, tinha uma van, um patrimônio, hoje, ele não tem nada. Então a situação é desesperadora, por essa particularidade é que fizemos a proposta de auxílio emergencial para os transportadores escolares. O impacto, são cerca de 14 mil, mas tirando TEG, cerca de 10 mil transportadores, que se dermos uma renda de mil e quatrocentos, mil e quinhentos reais, algum auxílio, vamos chegar a 45, 50 milhões de reais, que pela situação da Prefeitura me parece absorvível.

Estamos nesse debate, já nos reunimos na Casa Civil e ficaram de fazer uma consulta à Secretaria da Fazenda. E estamos procurando viabilizar algum tipo de contraproposta que seja do Executivo para podermos votar e ter autorização legislativa para resolver a questão da renda emergencial para essa categoria, porque algumas exceções foram abertas, pequenas, mas os catadores foram incluídos merecidamente.

Na questão da Cultura temos o auxílio federal, ainda que a gente batalhe para ter um outro tipo de auxílio em nível municipal, tem esse debate da verba que veio de Brasília, tanto a verba para o Município quanto para o Estado.

São essas as minhas considerações. Mais algum Vereador quer fazer uso da palavra, senão passo a palavra ao Secretário para suas respostas. (Pausa)

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Então vamos passar às considerações de todos para poder dar aqui argumentos, explicações suficientes para tantas questões que

foram colocadas nesse tempo que nos resta.

Eu queria discordar aqui do representante do Tribunal de Contas dizendo que a Prefeitura faz projeções descabidas ou descalibradas para a revisão de resultados primários e resultado nominal. É sempre fácil ser engenheiro de olhar a obra pronta e avaliar o estabelecimento das metas depois que são executadas, é preciso levar em consideração o momento em que elas são propostas, tomadas, discutidas e deliberadas.

Fizemos uma revisão das metas lá em abril, vocês viram pelos números, quando a crise estava no seu auge. Ou seja, bastava andar pela Cidade que percebíamos como a atividade econômica, as receitas dos municípios e as possíveis despesas adicionais seriam extremamente importantes e precisavam ser revistas naquele momento. Seja com o impacto das receitas, seja com o impacto das novas despesas.

Os números de julho e agosto, que vieram agora, surpreenderam não só a Prefeitura como o país inteiro com relação a sua recuperação, mas não significa nem de longe que estamos muito aquém de uma crise. Mostramos aqui a previsão de queda de 7 bilhões de receitas em relação aquela prevista no ano. Não é só porque em agosto o ISS veio compatível com as expectativas que tínhamos para a lei orçamentária para aquele mês que podemos dizer que por isso a Prefeitura não vai sentir um impacto na sua arrecadação e que não tenha ali as necessidades de financiamento e controle do gasto para equilibrar a situação.

Apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal ter sido excepcionalizada para prever que as disponibilidades de caixa podem ficar aquém das obrigações de curto prazo, o Art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal está excepcionalizado, isso é uma baliza que não faremos. É absolutamente indesejável deixar uma situação de caixa que não cobre as obrigações que ficam, ainda mais numa troca de Gestão, que deixa isso para o próximo mandato. Então dado esse limite estamos fazendo todo o esforço necessário para honrar as obrigações.

E sobre as revisões das metas é importante dizer o seguinte, nós não tínhamos essa obrigação de fazê-lo. Num estado de calamidade decretado pela Assembleia Legislativa estamos dispensados do cumprimento. O que fizemos em abril foi um esforço de transparência

com a Câmara Municipal e com toda a sociedade para dizer assim: essa é a previsão de queda da arrecadação; essa é a previsão do aumento dos gastos, portanto, estimamos que em abril vamos precisar de um déficit nominal de 9 bilhões de reais e essa foi a expectativa.

Então queria rechaçar essa opinião de um certo conservadorismo, foi isso que entendi das considerações do Dr. Thulyo, sobre a forma como a Prefeitura e em especial a Secretaria da Fazenda apresenta suas previsões e a revisão de resultado primário e resultado nominal.

Sobre as despesas não identificadas, a ausência de dotações específicas para identificar os impactos da crise, é preciso entender que essa crise veio no meio do ano. Discutir a criação de dotações próprias seria extremamente dificultoso, porque precisaria ser enviada para a Câmara Municipal a revisão da abertura dos créditos excepcionais voltados a executar todas as despesas, quando percebemos que o próprio enfrentamento da pandemia acontece no orçamento das próprias pastas. Vou dar o exemplo aqui da compensação tarifária, por que precisaríamos criar uma outra dotação orçamentária para mostrar o impacto da covid na compensação tarifária?

Ou então, enfim, nas várias despesas da Educação, Saúde e que sequer eram previstas de serem cotejadas lá em abril, ou em maio; na decisão, por exemplo, da necessidade de distribuir os *tablets* para reforçar o aprendizado dos alunos da rede municipal. Não foi falta de planejamento, Vereador Donato, mas foi uma decisão avaliada à luz das circunstâncias que a gente foi percebendo, ao longo da necessidade da continuidade das medidas de restrição das atividades presenciais.

Mas não por isso, e respondendo um pouco à pergunta da Vereadora Soninha, a Prefeitura deixou de adotar medidas para poder lastrear essas despesas: lastrear, identificar e depois prestar contas.

A Secretaria da Fazenda editou, sim, Vereadora, uma portaria para que todas as unidades registrem no campo das observações de empenho o código Covid ou Covid-P. O que é isso? Covid, quando aquele empenho for exclusivamente voltado para enfrentamento das

consequências de uma pandemia, ou seja, não só na prevenção, no tratamento dos doentes, mas qualquer tipo de consequência relacionada a isso. E Covid-P é quando aquele empenho, parcialmente, tem despesas que se explicam em função da Covid. Por exemplo, a compensação tarifária. Naquele empenho tem de ter a Covid-P, porque nem toda compensação tarifária executada naquele empenho do mês, ou do momento, é por conta do efeito que a pandemia provocou na diminuição da demanda de passageiros, portanto, não há necessidade maior do subsídio.

Então, nós temos essa forma de identificar, e o SOF está aberto não só para a Câmara Municipal, para o Tribunal de Contas, mas para toda a sociedade poder fazer o extrato daquelas informações, poder filtrar o campo da Covid e poder relacionar.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Nós, Vereadoras e Vereadores, temos todos acesso ao SOF?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Sim. Têm, com as informações do empenho também. É possível, sim. E se houver, depois, alguma dificuldade, a gente pode auxiliar a fazer a extração.

Essa recomendação da marcação dos empenhos veio desta própria Comissão de Finanças. Eu me lembro da reunião do primeiro quadrimestre, da necessidade de identificar isso, e os ofícios também trocados, enfim. A gente fez isso e deu um prazo, até o final deste mês, para que as unidades pudessem fazer de forma retroativa essa classificação, esse ajuste dos empenhos. Então, existe essa forma de apurar.

A Covid-P precisará de alguma análise, porque nem toda aquela despesa foi reflexo das ações da pandemia. E as portarias da STM, o próprio Dr. Thulyo colocou aqui que foram editadas em julho. A partir da sua edição, criamos sim os códigos: A fonte 21, 22, 23, 24, para relacionar as despesas.

Fazer essa classificação das despesas na nova classificação das fontes é um trabalho extremamente complexo. A edição no campo de empenho é mais rápida, mais pronta de ser executada. Por isso, vamos retroagir a partir de agosto para ficar em linha com as

recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, quanto às orientações sobre a contabilidade de gastos públicos; mas a identificação dos gastos está lá: Covid e Covid-P, prontos para serem tabulados, analisados, por todos.

Portanto, eu queria rechaçar qualquer argumento de que a Prefeitura não agiu, ou não trabalha com a intenção de dar o máximo de transparência aos efeitos da Covid nas despesas. É verdade, o Portal da Transparência preocupou-se, primeiro, em dar transparência aos contratos emergenciais, até porque esses precisam ser vistos com lupa mesmo, para saber a real necessidade de uma contratação emergencial. Não significa, por outro lado, que não haja instrumentos necessários para acompanhar todo tipo de gasto envolvido com a pandemia.

Sobre a pergunta do Sr. João Moureirão, foram duas PPPs de habitação. A PPP é um instrumento para a Prefeitura se financiar. Ou seja, ao invés da Prefeitura mobilizar seus recursos próprios para fazer aqueles investimentos, o parceiro privado executa os investimentos e depois tem um contrato com a Prefeitura de investimentos, ao longo de até 35 anos, por meio do qual a Prefeitura ressarce a prestação de serviço e, ao mesmo tempo, amortiza todo o investimento que ele executou.

Então, além de ser um instrumento de financiamento, ele é um instrumento interessante para que receitas que podem ser aproveitadas no empreendimento sejam mais aproveitadas pelo parceiro privado do que se fosse o Poder Público Municipal. Podem entrar para financiar, de forma mais barata, essa concessão. Por exemplo, receitas comerciais associadas aos empreendimentos, nas áreas que podem ser associadas à concessão, ajudam a financiar o próprio investimento, algo que a Prefeitura teria muito mais dificuldade de ter e manter, pois estabelecimentos comerciais gerariam receitas à concessão ou ao financiamento do próprio Poder Público.

Como está isso? A Prefeitura gastou alguma coisa até agora em relação a isso? Não, não gastou, e vai demorar alguns anos para gastar. Por quê? Porque primeiro veio o investimento do parceiro privado, que faz os investimentos e, quando as unidades estiverem prontas, que a Prefeitura começa a pagar as suas contraprestações. Então, isso não vai

onerar, talvez, nem o orçamento de 2021; só a partir de 2022 que a Prefeitura começará a pagar as contraprestações, junto com a amortização dos investimentos realizados nas quase 60.000 unidades habitacionais que serão viabilizadas por meio desses dois lotes de concessão.

Portanto, acho que é a primeira PPP municipal de habitação executada no Brasil todo, uma inovação importante. É interessante justamente por conta disso.

Quero falar das vantagens das PPPs, por exemplo, nos piscinões. A gente previu que o parceiro privado pode aproveitar a área de cima dos piscinões, ou o entorno, para empreendimentos imobiliários, e isso reverter o próprio financiamento da concessão. Essas são as vantagens de trabalhar com PPP e concessões: mais do que financiar à própria Prefeitura, permite a possibilidade de receitas que são mais bem exploradas pelo parceiro privado, para trazer em benefício do projeto público envolvido na concessão.

Passando às considerações do Rapper Pirata, volto a dizer que não é porque agosto a gente bateu a arrecadação do ISS previsto que a crise não se instalou e não produzirá efeitos. Estamos, sim, na maior crise que a Prefeitura já viu ao longo de cem anos. A queda de R\$ 7 bilhões das receitas projetadas inicialmente é uma queda que nunca houve antes, ou pelo menos nesse último século observada pela Prefeitura.

Não há um dilema de “vamos fazer mais saúde e menos recapeamento”. Eu já expliquei na audiência que as despesas com a função “saúde”, só no período de janeiro a agosto, cresceram R\$ 1,4 bilhão. E a questão do recapeamento, como todos os outros investimentos feitos na Cidade, é um compromisso que essa gestão teve de entregar os investimentos e uma escolha da Prefeitura, no momento da crise, financiar-se o máximo possível para absorver uma crise que sabemos que é passageira.

Estamos muito convictos que já, em julho, em agosto, do ano que vem, viveremos uma situação de normalidade no funcionamento da atividade econômica e retomada dos empregos que foram perdidos ao longo desse período. Sabemos que essa crise veio, mas passará no seu curto prazo. Então, não faz sentido a gente abrir mão dos instrumentos de

financiamento para preservar os investimentos da Cidade. Essa foi uma escolha feita, mas não foi em detrimento da saúde, ou das outras áreas sociais, nas quais a gente colocou recursos específicos, como apresentei na audiência.

Por que a Prefeitura está gastando tanto com cultura? Porque a área da cultura tem folha, tem a manutenção dos equipamentos, que, mesmo fechados, precisam ser mantidos. Então há, sim, uma restrição de atividades, despesas menores com eventos culturais presenciais, mas tem toda uma função de preservação dos espaços, de pagamento de salário dos servidores, de preservação do patrimônio – do patrimônio histórico, perdão, além do patrimônio público. São essas despesas que continuam, e é isso que explica a execução da pasta, assim como também de outras pastas que tiveram as suas atividades comprometidas por conta das restrições de atendimentos presenciais.

Quanto à Lei Aldir Blanc, eu tenho certeza que a Secretaria da Cultura pode dar mais explicações. Eu confesso que eu não tenho aqui os elementos para dizer se estamos demorando ou não estamos demorando no cadastramento. Não acredito que só haja oito dias para gastar os 70 milhões que serão transferidos. E eles, sim, transitam no nosso orçamento. Apesar de ser uma transferência federal, uma receita e uma despesa equivalente, essa receita virá, e fará parte do rol das despesas. É por isso que aparece na nossa contabilidade. É uma transferência da União para a execução pelos municípios. A Prefeitura vai gastar aquela parte dos 70 milhões. Então primeiro entra a receita, e, depois, vem o gasto com a transferência, e, por isso, entra na contabilidade. Você tem razão quando diz que não é uma pressão para a Prefeitura, porque o mesmo valor que entra é o mesmo valor que sai, mas tudo isso passa pelo orçamento municipal.

Tentar aqui abordar agora as questões da Vereadora Soninha.

Três por cento, né? Por que está crescendo 3% em impostos, taxas e contribuição de melhorias?

Ali, Vereadora, aquela demonstração dos principais tributos – IPTU, ISS, ITBI e imposto de renda, que eu não mostrei mês a mês, mas que tem a sua visão ali na consolidação

– são as receitas que compõem esse conjunto de despesas classificadas dessa forma.

Por que cresce 3%? Vínhamos crescendo a 10% nos anos anteriores. Tivemos um crescimento bom em janeiro e fevereiro. De fato, essa pandemia pegou o país num momento em que as expectativas de crescimento eram de 2-2,5%, e crescendo, do PIB. E ele veio num momento bom: as receitas de janeiro e fevereiro estavam crescendo muito, comparadas ao mesmo ano anterior. Aí mergulhou. Em março já aterrissou um pouquinho, e aí, em abril e maio, mergulhou e agora voltou. O efeito acumulado dessa alta de janeiro, a queda de março-abril, principalmente, abril, maio e junho, e, depois, a retomada, no agregado, dá um crescimento de 3%, comparado ao ano anterior. Mas em relação ao orçamento é que vem a preocupação. É em relação ao orçamento que vem a preocupação com aquela queda de sete bilhões que eu mostrei no quadro.

As contribuições previdenciárias e a dedutibilidade do imposto de renda, vou tentar explicar aqui.

O que acontece? Quando aumenta a contribuição do servidor, e a reforma da previdência fez isso, passou de 11 para 14% a contribuição sobre o servidor, esse acréscimo entra dentro das possibilidades de dedução do cálculo do imposto de renda. Então você vai calcular o imposto de renda, você pega o seu salário bruto, desconta algumas coisas, e, entre ela, a contribuição previdenciária. Então, quando há um aumento da contribuição, a receita de contribuição sobe, mas a receita de imposto de renda cai. A receita de imposto de renda dos servidores municipais é, pela Constituição, dos próprios municipais. A dos servidores estaduais é do estado e a dos servidores da União é da União. Então essa receita de imposto de renda, grosso modo, é a receita do imposto de renda sobre a remuneração dos servidores. Por que, então, a taxa de crescimento do imposto de renda diminuiu em 2019? Porque em 2019 houve o aumento da contribuição previdenciária a partir de abril, e, portanto, a dedução do imposto de renda.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E aí por que aumentou de novo? É isso que eu não entendo. Por que aumentou de novo? Teve um aumento, né?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Isso. Perfeito, perfeito. Aí o que acontece em 2020? Ele compara janeiro a agosto de 2020 contra janeiro a agosto de 2019. Então, de janeiro a agosto de 2019, eu tive um degrau para baixo, a partir de abril, no imposto de renda por causa do aumento da contribuição. Já em 2020 eu tenho uma contribuição, quando comparada ao ano anterior, que cresce em função do crescimento da folha. Aí, a folha cresceu, ele volta a crescer normalmente. É aquele degrau que veio, mas que volta. Diminuiu um pouco o nível, mas volta a crescer de acordo com o crescimento da folha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E o crescimento da folha se deve ao quê, a um aumento de ativos?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – A gente viu ali no quadro: principalmente, inativos, que está crescendo a 7, ao passo que ativos está crescendo a 2.

Ah, e por que precatório afeta o imposto de renda? Porque, quando você paga um precatório alimentar, você está pagando o salário dele, a remuneração dele, e aquele valor do pagamento é dedutível do imposto de renda. E esse imposto de renda, quando é um precatório, é um servidor, é do município. Então da mesma forma que o pagamento de um ativo ou de um inativo, o imposto de renda é do município, o pagamento de um precatarista que foi servidor ou que ainda é servidor, quando ele é do município, o imposto de renda é do município.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Incide imposto de renda sobre o precatório?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Incide imposto de renda não sobre todo tipo de precatório, incide imposto de renda sobre os precatórios alimentares. O pagamento de remuneração do servidor, que houve a decisão judicial em favor do servidor, esse pagamento é uma despesa de remuneração, na época, devida? É. Bom, então, aplica-se a tabela do imposto de renda sobre essa remuneração, e aí é dedutível e essa receita é do município. Então, quando a gente deixa de pagar precatório, deixa de pagar remuneração, servidores que eram ativos à época, ou inativos, e deixa de recolher imposto de renda. Então afeta por conta disso, como uma despesa de pessoal.

Bom, outorga onerosa, Cepac.

Bom, primeiro, deixar bem claro: outorga onerosa é a diferença entre... Desculpe, outorga onerosa é uma coisa, Cepac é outra coisa. Apesar de terem finalidades similares, elas entram na contabilidade de forma diferente. Aquela outorga onerosa cujo gráfico eu apresentei aqui é a outorga onerosa do direito de construir previsto na legislação geral da cidade, do plano diretor. Aí tem as operações urbanas, que têm a mesma finalidade: é um direito de construir adicionalmente naquela região para financiar investimento. Aí são os Cepacs. Mas eles são contabilizados de forma diferente e o cálculo do valor também é diferente. Eu só queria deixar claro que as receitas de Cepac não entram no Fundurb, não entram naquele gráfico ali que eu mostrei, de receitas de outorga onerosa.

E o que influencia o preço do Cepac? Primeiro, o mercado imobiliário. Se o o mercado imobiliário está aquecido, o Cepac nada mais é que um direito de construir no céu. Ou seja, você pode acrescentar métodos construtivos com aquele título que permite fazer isso. Mas o Cepac é regionalizado. Então ele é para aquela região. Então, mais do que o mercado imobiliário, a expectativa que tem sobre o desenvolvimento urbano de uma região pode influenciar bastante. Então, assim, se o mercado acreditar... Bom, enfim, são duas variáveis que influenciam o preço do Cepac: primeiro, o mercado geral imobiliário; o segundo é “será que aquela região, com os investimentos públicos que estão direcionados, vão de fato se valorizar? Vai de fato promover melhorias urbanas que vão promover a valorização daquela região? Por isso que o mercado pode desconfiar de um Cepac muito próximo do outro: “Mas, peraí, nem realizou ainda os investimentos e melhorias ali naquela região? Precisa ver, amadurecer as coisas, para aquilo acontecer e, aí, continuar oferecendo os títulos.

Bom, como é que nós fazemos a previsão de ICMS? Como é que a gente distribui mensalmente? Bom, primeiro, a gente faz a avaliação do ano. Bom, quanto deve ser a previsão de receitas com ICMS, ISS, ITBI e tal. Depois, como é que distribui isso ao longo dos meses. Os impostos, às vezes, têm um comportamento sazonal. O ISS – aqui foi falado na reunião – em janeiro é muito alto, principalmente por conta da atividade de dezembro que gera receitas

em janeiro. Mas, então, tem um comportamento sazonal do imposto.

E do ICMS, ainda tem um fator adicional, que é o seguinte: a receita do ICMS do Estado entra todo dia. Mas, na Prefeitura, para todas as prefeituras, a nossa cota/parte vem uma vez por semana. Então, uma vez por semana vem a arrecadação do mês anterior. Então, mais do que você perceber o comportamento sazonal dos meses, é preciso contar quantas terças-feiras tem em cada mês, porque isso influencia no recebimento da Prefeitura.

É isso o que a gente tenta fazer aqui. Primeiro, uma visão anual; depois, o comportamento sazonal, mês a mês; e depois, um cálculo específico para saber quantas terças-feiras tem, como é que se distribuem as terças-feiras ao longo dos meses para poder fazer, então, uma atribuição da previsão daquele mês, em função dessas variáveis.

Sobre o ITBI, se já há um estudo para parcelamento e abrir o parcelamento. O que eu posso falar sobre isso? Primeiro, o seguinte: hoje, nas transações residenciais ou mesmo nas comerciais, é normal que os bancos que financiam a aquisição também ofereçam o financiamento do parcelamento da parcela do ITBI. Quem comprou um imóvel e teve de financiar sabe disso, às vezes o banco vai lá e quer colocar o ITBI junto no financiamento.

Então, o mercado, de certa forma já oferece a possibilidade de financiar a perder de vista, junto com o valor da... nos mesmos prazos, perdão, do financiamento da aquisição do imóvel. Qual é o problema de fazer o parcelamento de ITBI para as outras possibilidades, para quem quer pagar à vista o valor do imóvel? O grande risco que tem aqui é que você precisa do ITBI para fazer o registro do cartório. Uma vez cumprida essa etapa, se você tem um parcelamento está sujeito à inadimplência e aos riscos dessa inadimplência, porque o registro já está feito, já está executado. Depois, a cobrança – os instrumentos de cobrança por conta dessa parcela inadimplida – fica mais difícil de ser executada.

Então, essa é uma preocupação. Como é que a gente prevê suprir essa preocupação? Alguns estados e municípios começam a abrir a possibilidade de oferecer o parcelamento por meio de instituições financeiras ou até não financeiras credenciadas com a Prefeitura. Você credencia algumas instituições que oferecem esse crédito para o munícipe.

Então, ele pode recorrer a esse crédito, a Prefeitura recebe à vista e ele assume uma obrigação com o credor ou com essa instituição e a Prefeitura fica sem risco de inadimplência.

Essa é uma hipótese que a gente está estudando. Isso já é possível. O mercado já pode fazer isso, alguns até que fazem, mas de repente um credenciamento com a Prefeitura para dar mais lastro nessa operação, você informa as instituições financeiras que ele, de fato, tem um crédito conosco a pagar. Isso pode facilitar esse mercado. É algo que está em estudo.

Sobre o caixa alto, aproveitando até a pergunta do Vereador Donato, queria dizer o seguinte: é verdade, nós temos uma sazonalidade do caixa. Então, agosto é um dos meses em que o caixa é o mais alto de todo o período por conta das receitas que entram mais forte no começo do ano e das despesas que vêm mais forte no final do ano. Então, é natural que o caixa tenha.

Agora, nesse momento de crise, com todos esses instrumentos de financiamento que tivemos, esse caixa se acentuou. Vou dar alguns exemplos para vocês. Olha a suspensão do pagamento de precatórios que obtivemos de abril a agosto, 870 milhões deixaram de ser pagos, para serem honrados de setembro a dezembro. Então, o caixa de agosto, não fosse esse diferimento do pagamento de abril a agosto para setembro a dezembro, de 870 milhões, seria só por essa razão 870 milhões menor.

Tem mais, o auxílio emergencial, 1,2 bi para financiar, 1 bi, 370, perdão, para financiar as despesas do ano todo da Prefeitura vieram em quatro parcelas. Então, ela veio exatamente agora no meio do ano para financiar despesas como um todo. Só da 173 foram quase 900 milhões de reais, que foram transferidos até agosto para honrar despesas do ano todo. As transferências do SUS, as portarias também vieram nesse sentido. Vieram – as portarias do Ministério da Saúde, perdão – de uma vez para honrar o ano todo.

Então, assim, esses instrumentos de financiamento que relacionei aqui na apresentação acentuaram essa sazonalidade do caixa este ano. Vários componentes desses fizeram com que nosso caixa fosse maior. Significa, então, que a gente vai ficar com esse caixa alto ou seis bilhões de superávit, Vereador Donato? Não sei se são essas as projeções do

Tribunal de Contas, não vai acontecer, não vamos ficar com seis bilhões de superávit do Tesouro.

Sinceramente, pouco me importa o caixa que vai ficar. O mais importante é saber o quanto esse caixa financia as obrigações de curto prazo. Ficar com um caixa de um bilhão pode não ser problema se as suas obrigações de curto prazo são de 900 milhões. Ficar com um caixa de cinco bilhões não é problema se as obrigações de curto prazo forem de 4,9 bilhões. É isso que importa, é o caixa líquido das obrigações de curto prazo. É isso que estamos cuidando para que entreguemos para a próxima gestão um caixa equilibrado, que não tenha mais despesas a pagar num curto prazo, do que disponibilidade líquida de recursos.

Nossa expectativa é de que tenhamos no Orçamento desse ano um déficit. Vamos usar 2,5 bi de superávit, já usamos 200 milhões do SUS e mais os 158 milhões de superávit dos fundos e, também, do Fundeb. Nossa expectativa é de que entreguemos no Orçamento do exercício um déficit orçamentário de três bilhões de reais. É essa a expectativa para o final do ano.

Agora, situação de caixa, volto a dizer, pouco importa se vai ficar um bilhão, dois bilhões ou cinco bilhões em caixa. Importa é caixa versus obrigações de curto prazo. Não adianta nada deixar um caixa muito alto e um monte de restos a pagar em um, dois meses, que não tenham o lastro financeiro para isso.

É disso que se trata a gestão financeira, é essa que tem de ser a preocupação da Prefeitura, especialmente na transferência de uma gestão de um ano para o outro, de uma gestão para a outra, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu fiz a pergunta sobre a dívida, o senhor falou que possivelmente vai chegar por volta de 50%. Isso o senhor faz a partir de uma previsão de quanto terá em caixa.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – E, também pagamento de dívida. E, também a evolução da receita corrente líquida, é a razão entre receita corrente líquida e dívida consolidada líquida. É tudo isso junto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, qual a expectativa de o senhor chegar no fim do ano? Com quanto em caixa? O senhor acha que tem.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Tenho. A expectativa é que a gente tenha um caixa de três bi, não agregado, três bi menor do que o caixa que virou 2019, por conta do déficit. “Ah, pode ser diferente?” Pode, por que a gente pode ficar com um caixa maior que obrigações de curto prazo maior? Pode. Ou pode ser o contrário. Podemos ficar com o caixa menor e com obrigações de curto prazo menor? Pode também. Mas, é isso.

Veja – e aí, olha que interessante, Donato – exatamente isso que importa, porque o caixa alto, mas com uma obrigação com restos a pagar alta também aumenta a dívida consolidada. O caixa entra na dedução, mas também influencia no cálculo da dívida.

Então, volto a dizer, não importa muito o caixa. Importa essa razão entre caixa e obrigações de curto prazo. Ele afeta as duas pontas. Percebe? Eu não preciso cravar o valor para poder fazer a estimativa de 50% de razão dívida consolidada líquida, receita consolidada líquida. Porque as duas variáveis importam, seja o caixa como dedução, seja os restos a pagar que ficam como valor que entra na dívida consolidada. Percebe? O que importa é essa relação.

Seguindo aqui – vou voltar depois nas suas questões, Vereador Donato – as perguntas da Vereadora Soninha: não; eu não tenho a diferenciação entre a construção civil obra pública e setor privado.

Certamente, as obras municipais estão segurando um pouco o investimento, mas, *grosso modo*, o ISS construção civil é por conta das obras no setor privado. Eu acredito que, assim como a gente fez avaliação de que a crise é passageira, aqueles lançamentos que estavam encomendados também não foram desmobilizados em função da crise. Claro que eles tiveram efeitos. Eu seria leviano se dissesse que não tiveram efeitos, mas o que a gente acredita é que esses efeitos foram muito atenuados, e a gente percebe pelo ISS construção civil que até sofreu um pouquinho em maio e abril, mas, nem de longe, comprometeu a sua tendência que é de um crescimento modesto.

Olha, todo remanejamento de recurso passa por Decreto na Secretaria da Fazenda,

quer dizer, em última instância é o Decreto do Prefeito que passa por orientação da Secretaria da Fazenda. Às vezes, quando tem oferecimento de recursos, não precisa da Junta Orçamentária Financeira; quando não tem oferecimento de recursos e é preciso usar de outras Pastas ou mesmo de superávit, a gente precisa da aprovação da JOF.

Então, sempre tem algum processo que está aqui por passar na Secretaria da Fazenda para executar.

O que eu posso ajudar é: me dê o número do processo, e eu vejo se está aqui há muito ou pouco tempo. Se estiver há muito tempo, eu peço providência para juntar. Não tem acontecido isso. A gente tem feito com a devida celeridade. Eu posso, evidentemente, ajudar, se tiver o número do processo tudo fica mais fácil para a gente.

Deixe-me ver se não pulei nenhuma das suas observações e questionamentos, Vereadora Soninha. (Pausa) Acho que não.

Falta sobre o Auxílio Transporte Escolar, que foi pergunta do Vereador Donato, e eu vou deixar para depois.

Agora, as considerações do Vereador Donato: Vereador, a previsão da LDO 67,6. Eu estou com um material que a gente vai entregar hoje às 2h da tarde em audiência na Câmara, exatamente, 67,543, ou seja, muito próximo da previsão na LDO.

É claro que pode não estar exatamente igual a composição de receitas, tributos, não tributos, do programa de desestatização, mas o valor agregado é esse.

O senhor perguntou, especificamente, se há uma desmobilização do programa de desestatização. Eu respondo que não. O que houve, evidentemente, foram dificuldades de implementação de algumas concessões que nós estamos levando para 2022. Estão previstos lá a concessão de serviço funerário. Para 2022, não, perdão. É para 2021. A concessão da área de Interlagos e a alienação dos imóveis que foram autorizados pela Câmara Municipal. E a continuidade das outorgas de Zona Azul, por exemplo, tem uma outorga variável que acompanha ao longo da concessão, e os parques são a mesma coisa.

Teremos 1 bi 147 milhões de receitas do programa de desestatização no orçamento

de 2021, que vão ajudar a financiar a um nível que eu considero bom, satisfatório, de 4 bi e 600 milhões de investimentos previstos para o ano que vem. Já estou dando um *spoiler* do orçamento que vamos entregar. (Pausa)

Mais uma vez, me perdi nos papéis.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Só mais uma pergunta que eu me esqueci: se não me engano, você falou que a previsão para o leilão dos Cepac's foi adiado para 2022. É isso?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Isso. (Pausa) Não, perdão: 2021. Os Cepac's que faríamos este ano tinham, aproximadamente, 600 milhões que era o segundo lançamento da Faria Lima, principalmente, jogamos para 2021, por conta – vocês viram que o mercado imobiliário bagunçou -, a gente achou melhor e mais prudente deixar para o ano que vem para explorar melhor esse ativo. Então, estão previstas para o ano que vem essas receitas de Cepac.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – E o Cepac da Água Espriada, já que tocamos no assunto, que é urgente, porque a Operação está sem recursos, e é preciso fazer moradia lá.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Também. Eu não diria que está totalmente sem recurso, mas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem cem milhões.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Pois é. Tem cem milhões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Já teve 3 bi e tem que fazer um monte de casas lá, apartamentos. Nós precisamos de, pelo menos, 1 bi para fazermos as moradias.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Sem dúvida. Ambas estão previstas para o ano que vem: Faria Lima, Água Espriada e, também, Água Branca. As três também têm uma expectativa, para o ano que vem, incorporadas na Peça Orçamentária.

Bom, o Vereador Donato me perguntou sobre comprometimento de operação de crédito com o espaço que abre. Em tese, nós temos que manter um comprometimento de

dívida de 120%. Nós só podemos nos financiar quando a dívida consolidada líquida está abaixo de 120% da receita consolidada líquida.

Essa diferença de, aproximadamente, 70 pontos percentuais, em tese, nos daria 70% de 50 bi – estou fazendo um cálculo aproximado evidentemente – dá 35 bilhões de espaço de financiamento. Mas é óbvio que a conta não é simples assim. Esse limite é uma condição necessária, mas não é suficiente. Além disso, a gente precisa fazer com que os novos financiamentos sejam amortizados numa trajetória que acompanhe a evolução da receita.

Então, são muito importantes os prazos de financiamento, ou seja, 35 bilhões em operações longas é possível. Agora, 35 bilhões em operações de 5 a 10 anos não é possível por conta desses outros limites que influenciam na hora da tomada da decisão.

Mas, sem dúvida nenhuma, nós temos, nos próximos anos, uma condição muito boa para que essa crise que comprometeu um pouquinho a arrecadação e que vai perdurar, ainda que em nível menor no ano que vem, talvez, um pouco em 2022, não seja uma dificuldade, uma restrição, para preservar e manter os investimentos na Cidade. Por isso a discussão de novas operações é sempre muito importante.

Outra coisa importante de se colocar no radar é que a próxima gestão precisa equacionar a dívida de precatórios. O regime especial de precatórios prevê a sua quitação até 2024. No nosso plano de quitação de precatórios, aprovado pelo Tribunal de Justiça, estão previstos recursos de financiamento para rolar essa dívida que, em tese, pela Constituição precisa ser zerada, ou seja, até 2024, nós não podemos mais ter estoque de precatórios, só podemos ter previsão no orçamento dos precatórios que entraram no ano anterior. Isso vai exigir que a Prefeitura use o seu espaço de endividamento para isso.

Porém, própria Constituição previu que, na hora de assumir um financiamento de precatório, isso não oneraria os limites, mas, evidentemente, a sua amortização vai precisar ser observada para a possibilidade das outras operações de crédito.

Bom, acho que só restou a discussão do Transporte Escolar Autônomo. É verdade:

o Programa de Auxílio Emergencial previa que quem tivesse renda acima de 28 mil reais em 2018 não era elegível ao programa.

Então, Vereador Donato, evidentemente, essa discussão passa pela Câmara: a discussão de estabelecer uma subvenção dessa. Não pode ser sem Lei Municipal, então é possível? Sim, mas é preciso fazer essa discussão, como fazer, da onde virão os recursos e qual é o nível. Mas acho que, antes, é muito importante avaliar a extensão do público que estaria sujeito a essa restrição dos 28 mil reais, arrecadados em 2018. Para se ter um valor de 1.400 reais, apesar de poder ser para poucas pessoas, ele é muito simbólico. Há muitos outros segmentos econômicos e profissionais liberais que foram afetados pela pandemia. A Prefeitura incorporar essa resposta, é uma discussão política, com P maiúsculo, é importante porque, evidentemente, levanta as questões de outros segmentos, de outros profissionais que não foram atendidos. A Prefeitura não tem uma opinião formada sobre isso, mas eu acho prematuro irmos para uma discussão de uma lei agora, sem antes avaliar com cuidado. Não sei se na Câmara, se no gabinete de algum Vereador há algum estudo sobre o público elegível, e as restrições aos outros instrumentos de auxílio que tem na própria Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário, eles têm um cadastro, tem que ser credenciado no DTP, têm cerca de 14 mil credenciados. Estima-se que os que necessitariam do auxílio...

- Falha na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – ... essa discussão faz um mês, e eles ficaram de consultar a Secretaria da Fazenda justamente para ter uma contraproposta, não é 1.400, é 1.000, é 600, não sei, mas algum gesto da Prefeitura em relação a esses profissionais porque o projeto, inclusive, está na pauta, na pauta de hoje, já foi votado em primeira, mas queremos ter uma sinalização do Executivo em relação a possibilidade de fazer algo. E não precisa ser necessariamente da maneira como está escrito no projeto, mas ter um entendimento entre Executivo e Legislativo, com os cuidados necessários para atender só quem precisa, mas, enfim, que pudéssemos dar alguma sinalização, alguma atenção para

quem está desesperado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU - Bom, Vereador, é como eu disse, eu acho que não temos elementos suficientes para marcar uma posição definitiva sobre isso, seja quanto à extensão do público beneficiado, seja quanto aos valores, seja quanto a outros instrumentos que não o auxílio, os instrumentos que hoje a Prefeitura também dispõe, como a distribuição de cesta-básica, que acaba ajudando as famílias ou instrumentos como outros programas de auxílio, transferência de renda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Existe algum instrumento de crédito, sei lá, via Ade Sampa ou alguma coisa assim?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Só mediante... Bom, primeiro, a Prefeitura, durante essa crise, aproximou-se ainda mais o Governo do Estado para operacionalizar o Banco do Povo Paulista. Antes, nós não fazíamos atividade de aproximação da demanda à oferta do programa, e isso passou a ser realizado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, principalmente via os postos de atendimento nos CACs, que é uma possibilidade importante. Vale a pena uma conversa com a Secretária Aline para ver se esse instrumento, ou eventualmente outros que são gerenciados pela pasta, podem também promover alguma assistência para esse público e para vários outros, que foram também afetados em suas atividades.

Eu acho que respondi todas, não deixei nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mais alguma questão? (Pausa)

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Sr. Presidente, com sua extrema benevolência, a resposta do Secretário me deu suscitou uma dúvida maior ainda. Será que eu poderia perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não, mas bem rápido, por favor.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - O senhor explicou bem como funciona a PPP, eu sei como funciona, eu sei a desgraça que é na Europa, há alguns anos foi moda a PPP.

Mas, eu li o edital, eu li o contrato, no caso do lote 12 que envolve principalmente a

chamada Favela do Futuro Melhor. São seis mil famílias, é o total ali – Futuro Melhor e outras três ocupações – mas a construção será de três mil residências. Portanto, já tiraram três mil famílias que não terão pra onde ir. Mas a construtora, ela vai fazer só 1.800 casas para quem ganha de zero a três salários mínimos. O restante tem uma escala que vai de três até 19 salários mínimos. E o sistema é financiamento por banco, a ser escolhido pela construtora, tal qual a construtora que construiu o prédio aonde eu moro, aonde comprei meu apartamento.

Eu tenho a seguinte pergunta: semântica a parte, como é que isso pode ser considerado política de moradia popular? Se a construção vai ser em uma área pública, a construtora, a incorporadora e o banco terão lucro, por que a Prefeitura, a partir de 2022, segundo você falou, teria que pagar alguma coisa de contrapartida? Por que sendo construído numa área pública, essa já não seria a parte do custo da Prefeitura? Sendo que ainda, nesse caso, seis mil famílias serão desalojadas e não de sabem para aonde irão porque não tem no edital absolutamente nenhuma referência de qual será o destino dessas famílias, que ficarão sem casa.

Minha pergunta é essa.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Muito boa pergunta, nos dá a possibilidade de explicar um pouco o modelo da PPP da Habitação, que foi usado nesses dois lotes.

Primeiro, sobre a demanda habitacional da área, a forma de atender por meio da PPP e a forma de atender por outros empreendimentos habitacionais, eu fico devendo. Não tenho aqui as informações específicas da região. Acho que uma audiência com o Secretário da Habitação pode esclarecer melhor como a demanda reprimida da região vai ser atendida, se com os empreendimentos da PPP ou fora dos empreendimentos da PPP.

Mas sobre as unidades habitacionais para os extratos de renda maior, essa é a forma como receitas do empreendimento podem ajudar a financiar o empreendimento público. É verdade, o foco da política pública não é atender famílias com renda de dez salários mínimos, não é esse o foco. O foco da política pública é atender quem tem rendimentos de

zero a três salários, prioritariamente. Os empreendimentos habitacionais voltados para o público de maior renda é a forma como essas receitas ajudam a financiar o público. Elas ajudam a diminuir o custo desse financiamento. Então, é falacioso dizer que a política pública é para todos os empreendimentos. Não, a política pública é para a baixa renda, mas o empreendimento habitacional voltado aos empreendimentos maiores ajuda a financiar a forma de atender os extratos de menor renda.

Não sei se fui claro, mas foi importante a sua colocação para separarmos bem as coisas. Essa é a forma, são as receitas dos empreendimentos para famílias com mais alta renda, assim como das atividades comerciais, que podem ser exploradas nos espaços, que ajudam a trazer receitas para financiar o custo da política pública. Evidentemente, todos os operadores privados entram no empreendimento esperando uma taxa de retorno. É claro que tem uma taxa de retorno para o operador privado, que está sujeito à licitação, à concorrência, e ganham aqueles que deram a menor contraprestação. Ou seja, sem prejuízo do empreendimento ter uma taxa de retorno para o parceiro privado que empreende, as receitas acessórias não voltadas ao foco da política habitacional, ajudam a diminuir o custo da política habitacional por meio desse próprio instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É isso. Obrigado, Secretário; obrigado, Sr. João Moreirão; obrigado, Rapper Pirata; obrigado, Marcos Thulyo Tavares, do Tribunal de Contas; obrigado, Soninha; obrigado a todos os Vereadores e Vereadoras que acompanharam esta audiência pública.

Não havendo nada mais a ser tratado, declaro encerrada a presente audiência.

Boa tarde a todos.